

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Guilherme Nepomuceno dos Santos

**A REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA NA IMPRENSA TAUBATEANA:
neoliberalismo nas páginas do Diário de Taubaté e A Voz do Vale (1985 – 1992)**

Taubaté

2023

Guilherme Nepomuceno dos Santos

**A REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA NA IMPRENSA TAUBATEANA:
neoliberalismo nas páginas do Diário de Taubaté e A Voz do Vale (1985 – 1992)**

Trabalho de Graduação apresentado ao Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté para obtenção do Certificado de Graduação do Curso de Licenciatura em História da Universidade de Taubaté, sob orientação do Prof. Dr. Moacir José dos Santos.

Taubaté

2023

**Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

S237r Santos, Guilherme Nepomuceno dos
A redemocratização brasileira na imprensa taubateana :
neoliberalismo nas páginas do Diário de Taubaté e A Voz do Vale
(1985 - 1992) / Guilherme Nepomuceno dos Santos. -- 2023.
55f. il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Moacir José dos Santos, Instituto Básico
de Humanidades

1. História – Estudo e ensino. 2. Imprensa taubateana.
3. Neoliberalismo. I. Universidade de Taubaté. Departamento de
Ciências Sociais e Letras. Curso de História. II. Título.

CDD – 907

GUILHERME NEPOMUCENO DOS SANTOS

**A REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA NA IMPRENSA TAUBATEANA:
neoliberalismo nas páginas do Diário de Taubaté e A Voz do Vale (1985 – 1992)**

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Moacir José dos Santos.

Assinatura _____

Prof. Dr. Edson Trajano Vieira.

Assinatura _____

Prof. Dr. Silvio Luiz da Costa.

Assinatura _____

É o saber da história como possibilidade e não como *determinação*. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito das ocorrências. Não sou apenas objeto da *história*, mas seu sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, *constato* não para me *adaptar*, mas para *mudar*. (FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra p.74-75).

RESUMO

O presente trabalho propõe a analisar a emergência do ideal neoliberal na política econômica brasileira mediante a análise da imprensa de Taubaté, de forma a discutir o uso de jornais como material didático no Ensino de História. Para tanto, a metodologia do trabalho compreende a pesquisa no Arquivo Histórico Municipal Felix Guisard Filho, em que, a partir do recorte temporal do início da Nova República entre 1985 e 1992, foram estudados a produção jornalística do Diário de Taubaté e do A Voz do Vale, dois jornais diários de relevante circulação no município à época. Com isso, a pesquisa em arquivo possibilitou analisar as matérias publicadas pelos jornais, seus interesses explícitos e suas omissões diante dos governos de José Sarney e Fernando Collor. Pode-se apontar que o trabalho da imprensa em Taubaté durante a redemocratização foi de manutenção de um ideal conservador e paternalista, ao mesmo tempo em que se aproxima do projeto de economia política neoliberal representado pelo presidente Fernando Collor. Dessa forma, utilizar tal documentação como material didático é buscar construir um ensino em que se relacione diferentes conceitos históricos e diferentes contextos locais e globais, de forma que em sala de aula, o ensino de História possa ser crítico e autônomo entre os sujeitos históricos participantes do processo da educação.

Palavras-chave: Ensino de História. Imprensa taubateana. Neoliberalismo.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar el surgimiento del ideal neoliberal en la política económica brasileña a través de la prensa de Taubaté, con el fin de discutir el uso de los periódicos como material didáctico en la Enseñanza de la Historia. Para eso, la metodología de trabajo comprende la investigación en el Archivo Histórico Municipal Félix Guisard Filho, en el que, desde el inicio de la “Nova República”, entre 1985 y 1992, se estudió la producción periodística del Diário de Taubaté y A Voz do Vale, dos diarios de importante circulación en la ciudad en ese contexto. De esta manera, la investigación archivística permitió analizar los materiales publicados por los periódicos, sus intereses explícitos y sus omisiones frente a los gobiernos de José Sarney y Fernando Collor. Se señala que el trabajo de la prensa en Taubaté durante la redemocratización fue mantener un ideal conservador y paternalista, al mismo tiempo que se acercaba al proyecto de economía política neoliberal representado por el presidente Fernando Collor. Por lo tanto, utilizar dicha documentación como material didáctico busca construir una enseñanza en la que se relacionen diferentes conceptos históricos y diferentes contextos locales y globales, de modo que en el aula, la enseñanza de la Historia pueda ser crítica y autónoma entre los sujetos históricos participantes del proceso educativo.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia. Prensa de Taubaté. Neoliberalismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1. “Quem será o próximo presidente da República” - A Voz do Vale, 27/08/1989.....	23
FIGURA 2. “Nem direita e nem esquerda” ao lado do destaque a Paulo Maluf – Diário de Taubaté, 10/11/1989.....	34
FIGURA 3. “Brasil novo” - Diário de Taubaté, 23/03/1990.....	36
FIGURA 4. “Collor conclama o povo a economizar” - A Voz do Vale, 13/09/1990.....	37
FIGURA 5. “Collor vê 91 com pessimismo” - A Voz do Vale, 13/09/1990.....	38
FIGURA 6. “Solidariedade a um empresário taubateano” - Diário de Taubaté, 28/03/1985.....	39
FIGURA 7. “Plano Collor e o Stress” - Diário de Taubaté, 04/05/1990.....	43
FIGURA 8. "A desagregação da URSS" - Diário de Taubaté, 15/12/1991.....	47
FIGURA 9. "Para não perder a década de 90" - Diário de Taubaté, 25/10/1989.....	48

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. População de Taubaté (1934-1985)	29
TABELA 2. Atividade industrial no município de Taubaté (1970-1985)	30

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Unidade temática de História Recente – BNCC.....	46
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: CAPITALISMO E IMPRENSA	
1.1 O pós-Segunda Guerra: da Era de Ouro do Capitalismo ao nascimento do neoliberalismo	12
1.2 Globalização e imprensa.....	17
1.3 Interpretações do processo da redemocratização brasileira e a Nova República	18
CAPÍTULO 2 – TAUBATÉ INDUSTRIAL E IMPRENSA TAUBATEANA	
2.1 Taubaté e o desenvolvimento industrial no interior	26
2.2 Imprensa taubateana e redemocratização	29
CAPÍTULO 3 – IMPRENSA TAUBATEANA, REDEMOCRATIZAÇÃO E POSSIBILIDADES DO USO DOS JORNAIS IMPRESSOS COMO MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	
3.1 Alinhamentos e resistências ao neoliberalismo nos jornais taubateanos.....	40
3.2 Ensino de História e o uso didático de jornais impressos	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	53

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte do interesse de refletir sobre a prática da imprensa no interior paulista a partir de um contexto de crescente globalização, e de como o ensino de História trabalha tais questões diante do que se estabelece na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Sobretudo, a partir do contexto contemporâneo de avanços neoliberais no Brasil, principalmente na década de 2010, com o golpe a então presidenta brasileira Dilma Rousseff em 2016, e a interrupção de um projeto político que viabilizou uma oposição ao ideário neoliberal vigente no país desde o final dos anos 1980.

Têm por objetivo analisar como a imprensa taubateana noticiou os acontecimentos da economia política nacional no início da Nova República. Além disso, relacionar os processos históricos da Nova República brasileira e o do fim da Guerra Fria, bem como os processos históricos da cidade de Taubaté ao Brasil como uma unidade política. De forma a compreender o uso de jornais como fonte de pesquisa e também como material didático, discutindo propostas de uso em sala de aula mediante a atual Base Nacional Comum Curricular.

Para tanto, a metodologia a ser utilizada parte da análise documental dos jornais Diário de Taubaté e A Voz do Vale no período de 1985 a 1992, que estão localizados na Hemeroteca Antônio Mello Júnior, no Arquivo Histórico Municipal Felix Guisard Filho. A fim de discutir a atuação da imprensa taubateana no período quanto ao cenário da economia política nacional, bem como articular tal discussão ao ensino de História.

Foi escolhido o período de 1985 a 1992 como recorte temporal para análise documental por ser o período que compreende o contexto de surgimento do ideal neoliberal no Brasil, mediante significativas mudanças políticas após vinte e um anos de ditadura. De forma a abranger o primeiro governo chefiado por um civil após o golpe de 1964, o Governo Sarney (1985-1990), e o primeiro governo eleito diretamente pelo voto popular desde as eleições de 1961, o Governo Collor (1990-1992).

Além disso, os referenciais para o trabalho quanto ao contexto do surgimento do neoliberalismo no Norte Global são os textos de David Harvey e Eric Hobsbawm. Para discutir sobre a questão do Norte Global, usamos Frantz Fanon e Aníbal Quijano. Enquanto que, sobre o contexto brasileiro de emergência do neoliberalismo, utilizamos os textos de Leda Maria Paulani e Ramaís de Castro Silveira.

Quanto a história da imprensa e sua função como instituição de poder, foram utilizados os textos de Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins, bem como os textos de Ciro Marcondes Cardoso, Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman.

Para analisar o contexto histórico de Taubaté do século XX e a imprensa do município, foram utilizados os textos de Sílvio Luiz da Costa e Antônio Mello Júnior. Quanto a política econômica da Nova República e o contexto de redemocratização, destacam-se os textos de Carlos Eduardo Carvalho, Mário Sérgio Conti, Carlos Fico e Reinaldo Lindolfo Lohn.

Quanto às práticas educacionais e as possibilidades de uso de jornais como fonte de pesquisa e material didático, utilizamos os textos de Maria Alice Faria e Circe Bittencourt. Ao tratar da BNCC, utilizamos o texto de Adriana Soares Ralejo, Rafaela Albergaria Mello e Mariana de Oliveira Amorim para compreender as possibilidades e limitações do documento.

Para tanto, o texto está dividido em três capítulos. Inicialmente, trata-se do contexto histórico que leva ao desenvolvimento das ideias neoliberais. Como o Estado de bem-estar social característico do pós Segunda Guerra Mundial na Europa, bem como a planificação da economia pelos Estados, entraram em crise para que emergisse o neoliberalismo.

No segundo capítulo, é analisado o processo histórico da urbanização e industrialização em Taubaté. De forma a discutir as políticas locais, seus atores e os que estão à margem de tais ações. Além disso, são discutidos os jornais A Voz do Vale e Diário de Taubaté. Como os dois noticiosos trabalharam a economia política nacional nos anos de 1985 a 1992, compreendendo o período da redemocratização, do primeiro presidente após vinte e um anos de ditadura e do primeiro presidente eleito democraticamente e através do voto da população brasileira.

Por fim, o terceiro capítulo trata de discutir quando e como os jornais taubateanos estão como alinhados ou como resistência ao neoliberalismo desenvolvido no Brasil a partir dos anos 1980. Além disso, também é discutido o uso dos jornais como material didático para o Ensino de História, de forma a considerar o período da redemocratização e o início da Nova República.

CAPÍTULO 1 – SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: CAPITALISMO E IMPRENSA

1.1 O pós-Segunda Guerra: da Era de Ouro do Capitalismo ao nascimento do neoliberalismo

Após a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria entre União Soviética e Estados Unidos dominou o cenário internacional da segunda metade do século XX. O mundo foi dividido entre os países em que os soviéticos exerciam influência predominante, e os países em que a influência predominante era exercida pelos estadunidenses.

Até próximo da dissolução da União Soviética, em 1991, o medo de uma ameaça nuclear foi algo presente nos mais diversos países do globo: “Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade” (Hobsbawm, 1995, p. 224).

Hobsbawm (1995, p. 225-230) indica que, apesar da retórica apocalíptica, os governos da União Soviética e dos Estados Unidos aceitavam a divisão desigual do mundo e tentavam resolver suas disputas sem um conflito armado que resultasse em uma guerra. De modo que “a URSS, consciente da precariedade e insegurança de sua posição, via-se diante do poder mundial dos EUA, conscientes da precariedade e insegurança da Europa Central e Ocidental e do futuro incerto de grande parte da Ásia” (Hobsbawm, 1995, p. 230).

Com isso, na América do Norte e Europa, os Estados capitalistas agiram de forma a impedir um retorno às condições que ameaçavam o poder capitalista nos anos 1930, em decorrência da crise de 1929; estabilizar as relações internacionais após a amplitude dos conflitos bélicos da Segunda Guerra Mundial, e enfrentar a concorrência ideológica perante o socialismo real da União Soviética e Leste Europeu. O acordo de Bretton Woods e o Estado de bem-estar social dão-se no contexto do capitalismo pós Segunda Guerra Mundial (Paulani, 2006, p. 70).

A partir dos acordos de Bretton Woods, foi incentivado o livre comércio sob um sistema de câmbio fixo sustentado na convertibilidade do dólar estadunidense em ouro a um preço fixo. Ainda que o câmbio fixo fosse incompatível com o fluxo de capital a ser controlado, os Estados Unidos permitiam o livre fluxo de dólar internacionalmente para que o dólar fosse uma moeda de reserva mundial.

Harvey (2008, p. 20) aponta que tais acordos se deram de forma que somente a União Soviética e a Guerra Fria impunham limites ao seu alcance mundialmente, e que os acordos estabelecidos existiram a partir de uma proteção política e militar estadunidense:

Internacionalmente, uma nova ordem mundial foi construída com os acordos de Bretton Woods, e várias instituições, como a ONU, o Banco Mundial, o FMI e o Banco Internacional de Compensações, foram estabelecidas para ajudar a estabilizar as relações internacionais. [...] O câmbio fixo era incompatível com os livres fluxos de capital que tinham de ser controlados, mas os Estados Unidos tinham de permitir o livre fluxo do dólar para além de suas fronteiras para que o dólar funcionasse como a moeda de reserva global. (Harvey, 2008, p. 20).

O Estado de bem-estar social caracteriza-se pelo intervencionismo estatal em processos de mercado, a partir de controle sobre a livre mobilidade do capital e planejamento de desenvolvimento, além de políticas redistributivas e concessões aos trabalhadores.

Hobsbawm (1995, p. 265) define o Estado de bem-estar social como uma reestruturação do capitalismo em “uma espécie de casamento entre liberalismo econômico e democracia social”, e ressalta que tal reestruturação, aliado à internacionalização da economia, foi fundamental para as taxas de crescimento dos anos de 1950 e 1960, conhecido por “Era de Ouro” do capitalismo.

Na Europa e na América do Norte das décadas de 1950 e 1960, o Estado de bem-estar social e suas políticas econômicas levaram a um crescimento econômico elevado. Para Harvey (2008, p. 21), o Estado internalizou relações de classe ao promover uma economia social com forte influência de instituições da classe trabalhadora, como sindicatos e partidos políticos de esquerda.

O Estado de bem-estar começa a ruir no final dos anos 1960, segundo Harvey (2008):

Os sinais de uma grave crise de acumulação eram em toda parte aparentes. O desemprego e a inflação se ampliavam em toda parte, desencadeando uma fase global de “estagflação” que duraria por boa parte dos anos 1970. [...]. As políticas keynesianas já não funcionavam (Harvey, 2008, p. 22).

Hobsbawm (1995, p. 393-396) indica que o “desmoronamento” da Era de Ouro é marcado pela crise capitalista de 1973, em que estabilidade e prosperidade na Europa e na América do Norte são interrompidas por uma combinação de baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação. Além de que “os problemas que tinham dominado a crítica ao capitalismo antes da guerra, e que a Era de Ouro em grande parte eliminara durante uma geração

– pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade – reapareceram depois de 1973” (Hobsbawm, 1995, p. 396).

A crise foi precedida pela ineficácia, a partir do final dos anos 1960, do sistema de taxas de câmbio fixas estabelecido nos acordos de Bretton Woods, em uma aparente crise de acumulação. Harvey (2008, p. 22) aponta que os fluxos de capital em diferentes Estados pressionavam o sistema de taxas de câmbio fixas que, com isso, foram abandonadas em 1971.

Durante a guerra árabe-israelense em 1973, os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)¹ anunciaram um embargo petrolífero aos países que apoiavam Israel no conflito, no caso, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Japão e Holanda. Tal embargo, em um momento de queda nos índices de produção petrolífera estadunidense, levaram ao aumento do preço do petróleo em escala global.

Após décadas de altas taxas de crescimento, a crise do capitalismo nos anos 1970 levou a polarização do debate entre os apoiadores do Estado de bem-estar social, favoráveis ao planejamento central da economia, e os que pretendiam restabelecer as liberdades de mercado.

Para além da crise econômica, indica Harvey (2008, p. 25), há uma palpável ameaça econômica à posição das elites que, no pós-guerra, aceitaram uma restrição do poder econômico para melhorias da classe trabalhadora, mas com a crise da década de 1970, tais elites agem de forma a garantir a hegemonia do capital:

Uma coisa é ter uma parcela estável de um bolo em crescimento. Mas quando o crescimento entrou em colapso nos anos 1970, quando as taxas de juro reais ficaram negativas e a norma eram poucos dividendos e lucros, as classes altas em toda parte se sentiram ameaçadas. [...]. As classes altas tinham de agir com mais vigor para se proteger da aniquilação política e econômica. (Harvey, 2008, p. 25).

Para Anderson (2000, p. 10), a crise capitalista de 1973 abre caminho para a difusão do neoliberalismo, uma reação teórica ao Estado de bem-estar, desenvolvida desde o final dos anos 1940, cujos teóricos idealizadores não encontravam espaço para propagar seus ideais de

¹ A OPEP, fundada em 1960 como reação à política de diminuição de preços defendida pelas grandes empresas petrolíferas ocidentais, conhecidas como “sete irmãs” (Standard Oil, Royal Dutch, Shell, Mobil, Gulf, BP), à época do conflito, em 1973, tinha como membros Arábia Saudita, Iraque, Irã, Kuwait, Emirados Árabes, Argélia, Líbia, Nigéria e Venezuela. O embargo teria sido o último recurso dos países árabes, historicamente humilhados pelos europeus e norte-americanos, que passaram a reconhecer e usar a força financeira que possuíam: suas reservas petrolíferas, em uma tática exitosa, tendo em vista o grau de dependência estadunidense e europeia do petróleo como fonte de energia (Pereira, 2008, p. 57-58).

liberdade econômica por conta do expressivo crescimento capitalista aos moldes que criticavam até a década de 1970.

O Estado neoliberal, teoricamente, deve favorecer os direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados do livre comércio. De forma que, o arcabouço legal de tais arranjos institucionais são as obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos juridicamente configurados a nível de mercado (Harvey, 2008, p. 75).

A política neoliberal reivindica desregulamentação e competição, de forma que sejam eliminados entraves burocráticos para a busca de aumento de eficiência e produtividade. O Estado neoliberal, em concorrência com outros Estados no mercado global, deve constantemente se reorganizar internamente para melhor corresponder à concorrência, de forma que o Estado passa a ser visto como uma empresa. Com isso, ainda que o Estado não deva impedir a livre mobilidade do capital entre setores e países,

A soberania do Estado com relação aos movimentos de mercado e de capital é entregue de bom grado ao mercado global. A competição internacional é tida como algo saudável, já que melhora e eficiência a produtividade, reduz os preços e, dessa maneira, controla as tendências inflacionárias. Os Estados devem por conseguinte empenhar-se coletivamente para a redução e a negociação de barreiras ao movimento do capital por suas fronteiras e para a abertura dos mercados (tanto para mercadorias como para o capital) às trocas globais (Harvey, 2008, p. 76-77).

Desse modo, mesmo que liberdade individual seja garantida, cada indivíduo é posto como responsável de seu próprio bem-estar, de forma que domínios do bem-estar social como educação, saúde e previdência sejam compreendidos como méritos e conquistas individuais. Portanto, a privatização de sistemas públicos de saúde, educação e previdência, por exemplo, pode ser considerada medida positiva em Estados neoliberais.

Quanto à democracia, o neoliberalismo diferencia-se diametralmente do liberalismo político dos séculos XVIII e XIX, pois no neoliberalismo se entende a democracia como uma ameaça potencial aos direitos individuais:

A democracia é julgada um luxo que só é possível em condições de relativa afluência, associado a uma forte presença da classe média para garantir a estabilidade política. Em consequência, os neoliberais tendem a favorecer a governança por especialistas e elites. Dão forte preferência ao governo por ordem executiva e decisão judicial em lugar da tomada de decisões democráticas e parlamentar. (Harvey, 2008, p. 77).

Portanto, diante da crise de 1970, os neoliberais observavam que uma de suas principais causas era o poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário que pressionou os Estados

para um aumento nos gastos sociais que, por sua vez, reduziu os lucros das empresas desencadeando em processos inflacionários. Assim, a solução da crise para os neoliberais consistia em

[...] manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos (Anderson, 2000, p. 11).

Com isso, os primeiros governos empenhados em políticas neoliberais no Norte Global² foram os de Margareth Thatcher, no Reino Unido, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, em 1979 e 1980 respectivamente. Ambos atuaram partindo como fundo político, além da crise econômica, o anticomunismo.

Mesmo com políticas divergentes, Thatcher e Reagan marcam o início do predomínio de uma nova direita na Europa e na América do Norte nos anos 1980, que se consolidou como ideologia, a ponto de ser utilizada como prática de governos não alinhados com a nova direita:

No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal. O neoliberalismo havia começado tomando a social-democracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da social-democracia. Depois, os governos sociais-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais (Anderson, 2000, p. 14).

Anderson (2000, p. 15) analisa as aplicações das propostas neoliberais e seus resultados e considera que, quanto à baixa na inflação, aumento do desemprego e do lucro das empresas, o programa neoliberal no Norte Global obteve êxito. Entretanto, a reanimação do capitalismo como era nas décadas anteriores aos anos 1970 não ocorreu, e a taxa de crescimento não aumentou. Recuperou-se os lucros, mas não se recuperou os investimentos.

² Faz-se necessário ressaltar a relevância do colonialismo quanto a divisão do mundo em Norte e Sul global. Os países do Sul são os que historicamente sofreram com a violência do colonialismo imposta em um contexto histórico no qual países colonizadores, do Norte, ascendiam para a industrialização e para a comercialização ultramarina mediante a concentração de riqueza nas mãos das burguesias nacionais. Além disso, a imposição colonial dá-se a partir da articulação das formas históricas de trabalho e baseada na classificação racial das populações por parte dos países colonizadores que, assim, impuseram o trabalho escravizado e não remunerado às populações colonizadas, enquanto o trabalho assalariado era realizado pelos brancos europeus, a raça colonizadora (Quijano, 2000, p. 120). Capitalismo, racismo e colonialismo, logo, são indissociáveis na compreensão da divisão global utilizada.

Com uma nova crise do capitalismo em 1991, esperava-se um revés contrário ao neoliberalismo e, mesmo assim, ideologicamente o projeto neoliberal demonstrou uma vitalidade frente às oposições. Anderson (2000, p. 18-19) indica que não somente a oposição não se fortaleceu, como o projeto neoliberal chegou onde ainda não havia chegado, como no Leste Europeu e na América Latina.

1.2 Globalização e imprensa

Ao longo do tempo, a imprensa ocupou diferentes posições nas relações sociais. Entretanto, de modo geral, atribui-se à imprensa escrita, primeiro meio de comunicação de massa, um papel de defesa do interesse dos cidadãos, como um “Quarto Poder”, em que se concebe a imprensa como devendo desempenhar uma arbitragem dos conflitos que se estabelecem entre os três poderes, e da defesa do interesse público para além deles (Martins; Luca, 2006, p. 10-11).

No entanto, este papel não se dá isento de tensões e outros significados. Martins e Luca (2006, p. 11) indicam que a função de natureza pública da imprensa deve ser compreendida sem desconsiderar que os veículos de imprensa são empresas que negociam sua capacidade de formar opiniões, estimular e desestimular comportamentos, atitudes e ações políticas.

Com isso, os meios de comunicação “não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público” (Martins; Luca, 2006, p. 11). Logo, o jornalismo atua junto com grandes forças econômicas e sociais, e está necessariamente inserido no contexto do desenvolvimento do capitalismo e suas complexidades. Como aponta Marcondes Filho (1989):

Se a Imprensa é livre, se é objetiva, se representa todos os setores da sociedade, essas são questões colocadas, antes de mais nada, não pelos grupos dominados, mas pelos próprios detentores do poder, na medida em que se veem ameaçados por outras informações que põem em risco seu monopólio, venham elas da base da sociedade ou de grupos adversários (MARCONDES FILHO, 1986, p. 11).

Na segunda metade do século XX, com o processo da globalização acelerado, as empresas de comunicação também foram modificadas e, com isso, surgiram uniões entre grandes empresas de mídia em conglomerados. A atuação crítica da imprensa e de apoio à população foi afetada, sobretudo porque seus integrantes passaram a fazer parte do próprio

poder que deveriam fiscalizar, defendendo interesses econômicos e valores ideológicos mais próximos do Estado e do grande empresariado (Martins; Luca, 2006 p. 12).

No Brasil, a imprensa atuou como importante ator político no desenrolar dos acontecimentos da segunda metade do século XX. A defesa de interesses econômicos e valores ideológicos do empresariado encontravam-se presentes, sobretudo nos grandes jornais das capitais do país. Tanto que, diante da instabilidade política do início da década de 1960, com a mobilização e reivindicação dos trabalhadores rurais e urbanos, bem como a atuação do presidente João Goulart e uma temida infiltração comunista, os grandes jornais se opuseram ao então presidente e, em editoriais, apoiaram o golpe de 1964 (Martins; Luca, 2006, p. 95-101).

É durante o período da ditadura que grandes veículos de imprensa se modernizam. Martins e Luca (2006, p. 110-111) apontam que boa parte da imprensa praticou uma autocensura, de forma a cair em um colaboracionismo ao governo, que “afagava com uma mão e batia com a outra”, pois censurava o conteúdo publicado pela imprensa ao mesmo tempo em que propiciava recursos, isenção fiscal e financiamentos a grandes veículos de comunicação.

No entanto, a “imprensa alternativa”, que não se pautava somente no lucro, foi amplamente perseguida e reprimida pelo governo. Ainda assim, destaca-se o aumento de jornais de oposição, atuando como espaço de reorganização política e ideológica de forças populares e de esquerda (Martins; Luca, 2006, p. 111).

Legitimação e oposição a grupos políticos e econômicos, logo, são questões fundamentais à serem compreendidas e estudadas no presente trabalho, fundamentando-se no caso regional de Taubaté, da documentação de dois jornais da cidade do interior do Vale do Paraíba.

1.3 Interpretações do processo da redemocratização brasileira e a Nova República

Durante a segunda metade do século XX no Brasil, podemos identificar interferências internacionais na política e economia, sobretudo na ditadura civil-militar e, posteriormente, no processo de neoliberalização e abertura da economia brasileira.

As investidas para “exportar o desenvolvimento”³ para além da Europa e América do Norte nos anos 1950 e 1960 fracassaram. A “Era de Ouro” do capitalismo, logo, teve seu recorte geográfico estabelecido dentre os países capitalistas europeus e norte-americanos. Em boa parte do Sul Global não houve uma forma de Estado de bem-estar social (Harvey, 2008, p. 21).

Na América Latina, ao contrário do Estado de bem-estar do Norte Global, predominaram os golpes de estado e políticas nacionalistas. Militares tendiam a ocupar a política atuando em contextos de instabilidade e insegurança, o que cada vez mais se difundiu nos países pós-coloniais, que se viam comprometidos com políticas internacionais que exigiam Estados estáveis que tais países não tinham:

Na verdade, a desconfiança dos grupos financeiros ocidentais explica-se pela sua preocupação de não correr risco algum. Por isso, eles exigem uma estabilidade política e um clima social sereno impossíveis de alcançar, quando se leva em conta a situação lamentável da população global no alvorecer da independência. Então, em busca dessa garantia que a ex-colônia não pode assegurar, impõem a permanência de algumas tropas militares ou a entrada do jovem Estado em pactos econômicos ou militares (Fanon, 2022, p. 98-99).

No Brasil, após vinte e um anos de ditadura, em 1985, iniciava-se a chamada “Nova República” a partir da redemocratização do país, na qual, inicialmente, se esperava que um presidente eleito indiretamente pudesse atender às necessidades da burguesia nacional, do mercado internacional e da classe trabalhadora brasileira.

Para Abreu e Lattman-Weltman (2006, p. 68), tais interpretações da redemocratização oscilam entre um estruturalismo econômico e social, além de uma instrumentalização de modelos institucionais e podem ser divididas em três grandes linhas de sentido histórico: uma primeira em que considera a redemocratização uma concretização iniciada pela abertura política em 1974 e presente no ideal do movimento militar de 1964; uma segunda linha que considera a democratização uma correção de rumo que se deve pelas ações principalmente de líderes da própria ditadura; e uma terceira linha que analisa o processo de democratização como algo motivado e desdobrado por forças de oposição à ditadura e com envolvimento de forças internas do governo, sendo um conjunto de forças mais amplo, em que continuidades e rupturas são analisadas a partir de ações de grupos sociais e instituições.

³ Ainda que utilizemos a ideia de “exportação de desenvolvimento” de Harvey (2008, p. 21). É fundamental ressaltar as diferenças sociais, políticas e econômicas na América Latina, África e Ásia para com o Norte global. O interesse dos países capitalistas desenvolvidos para com o Sul Global resume-se a manutenção da dependência política e econômica de suas ex-colônias. Para Fanon (2022, p. 93), com a independência de uma colônia, vê-se o colonialismo retirar seu capital e instalar uma pressão econômica sobre o novo Estado, ou a submissão do novo Estado à antiga potência colonial: “a apoteose da independência transforma-se em maldição da independência”.

O processo de redemocratização brasileira foi lento. Considerando a extinção de partidos políticos e a imposição do bipartidarismo, a oposição partidária resumia-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que, paulatinamente ampliava seu número de parlamentares nas eleições legislativas, mediante participação popular.

Em 1974, a oposição torna-se maioria no Senado Federal e aumenta significativamente na Câmara Federal. Em 1977, o então presidente Ernesto Geisel fecha o Congresso a fim de que o partido governista recuperasse o controle do Senado. É a partir do Governo Geisel (1974-1979) que, reconhecendo os anseios populares e da oposição por redemocratização, a ditadura passou a buscar assegurar uma democratização que não ameaçasse a ordem e que não ocasionasse possíveis punições de membros do governo, sobretudo os considerados “linha dura”, que cuidavam da repressão (Fico, 2010, p. 319).

Após a ditadura atenuar a opressão política e a censura à imprensa, se intensifica durante o mandato de Geisel a campanha da oposição pela anistia para os que resistiram à ditadura e foram punidos em base nos Atos Institucionais. Foi no primeiro ano do Governo Figueiredo (1979-1985) que a anistia foi promulgada. Considerada uma medida popular, também serviria para dividir a oposição que, à época do bipartidarismo, se resumia ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tornando-se interessante ao planejamento de abertura do governo (Fico, 2010, p. 320).

Com isso, a anistia

[...] foi uma transação política. Os líderes da oposição sabiam que só podiam passar a um regime aberto com a cooperação dos militares. Poderia haver futuras tentativas de reabrir a questão, especialmente por parte daqueles mais próximos das vítimas da tortura. Mas por enquanto os políticos brasileiros receberam uma lição, para o melhor ou o pior, sobre a arte da “conciliação” (Skidmore, 1991, p. 426, apud Fico, 2010, p. 320).

A redemocratização deu-se, então, de forma que se buscou associar democracia tão somente às eleições regulares para todos os níveis do Executivo e Legislativo: “Coube reduzir ao máximo o alcance das possíveis demandas advindas de um processo de democratização social e restringi-lo a determinados momentos demarcados pelas negociações” (Lohn, 2016, p. 65).

A transição para o governo civil dá-se pela eleição indireta disputada entre Paulo Maluf, do Partido Democrático Social (PDS), e Tancredo Neves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em janeiro de 1985. A escolha da Comissão Eleitoral para a

presidência foi a de Tancredo Neves, que venceu com 480 votos, contra 180 votos para Paulo Maluf. Em decorrência da doença e falecimento de Tancredo Neves na época da posse, José Sarney, vice-presidente eleito na chapa de Tancredo, assumiu a presidência.

José Sarney foi durante a maior parte do período ditatorial filiado ao partido governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Com o fim do bipartidarismo em 1979, Sarney filiou-se ao PDS, partido sucessor do ARENA. Somente em 1984, Sarney filia-se ao PMDB. Seu governo (1985-1990) marca o restabelecimento da democracia no Brasil diante das dificuldades políticas e econômicas de um país após vinte e um anos de ditadura em um período de recessão econômica e perda do poder de compra da população diante da alta inflação.

Os planos para manter uma estabilidade econômica durante o Governo Sarney não funcionaram. O Plano Cruzado, implantado em fevereiro de 1986 com medidas de congelamento de preços e de câmbio, que teve êxito efêmero no combate à inflação, por conta da queda do superávit comercial e a burla dos preços tabelados pelo empresariado. Em fevereiro de 1987, com a alta inflação e redução das reservas internacionais do Estado brasileiro. O governo declara moratória, abstendo-se de pagar a dívida externa por tempo indeterminado, que chegou até janeiro de 1988, sendo pago integralmente os juros atrasados e atendendo integralmente os interesses do capital internacional.

Já o Plano Verão, de 1989, propôs o controle do crédito para evitar inflação, bem como a privatização de empresas estatais, o corte de gastos públicos, a política de desembolsos estatais vinculados à arrecadação e a extinção dos Ministérios da Habitação e Bem-Estar Social, da Reforma e Desenvolvimento Agrário, da Irrigação da Ciência e Tecnologia e da Administração. Enquanto que, a questão da dívida externa, não foi abrangida pelo plano.

Com isso, Silveira (2009, p. 80-81) indica que o Governo Sarney tomou uma postura não alinhada a ordem econômico mundial estabelecida e, somente nos anos de 1989 e 1990, adotou uma estratégia baseada na abertura da economia aos capitais internacionais, que era apoiado por boa parte do empresariado brasileiro. Tais medidas deram-se mediante a fragilidade política do governo, que buscou conciliar os conflitos da reabertura política e revitalizar elementos do desenvolvimentismo da ditadura em um contexto nacional e internacional novos, de forma a não indicar com clareza um rumo para a economia nacional.

Diante as dificuldades políticas do período, foi durante o Governo Sarney que o debate entre neoliberalismo e desenvolvimentismo se fortaleceu no Brasil:

[...] as dificuldades de estabilizar uma nova forma de Estado estimularam o crescimento no interior da elite brasileira de um novo projeto político para o país. [...] na medida em que a elite econômica se tornava insegura e assustada com as iniciativas reformistas do governo da Nova República, sobretudo com as políticas heterodoxas de estabilização monetária, as ideias econômicas liberais passaram a se tornar relevantes para ela. [...] as políticas heterodoxas foram interpretadas como ameaças à propriedade privada, pois restringiam a liberdade de mercado e ameaçavam os contratos. Daí em diante, a elite empresarial mobilizou-se para moldar as estruturas e controlar as ações do Estado orientando-se, pelo menos parcialmente, pelas concepções neoliberais que vinham sendo difundidas, desde os anos 70, pelas instituições econômicas multilaterais, por *think tanks* e governos dos países centrais [...] embora o liberalismo econômico no Brasil só tenha se tornado politicamente hegemônico nos anos 90, essa hegemonia começou a ser socialmente construída ainda na segunda metade da década de 1980. (Sallum Júnior, 2004, p. 57-58, apud Silveira, 2009, p. 80)

Após vinte e nove anos sem eleições diretas para presidente, a disputa para ocupar a presidência contou com diversos candidatos. Ao todo, foram vinte e dois candidatos à presidência em 1989, dentre os quais, destacaram-se o governador de Alagoas Fernando Collor de Melo (do Partido da Renovação Nacional – PRN), o deputado federal Luiz Inácio Lula da Silva (do Partido dos Trabalhadores – PT) o ex-governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul Leonel Brizola (Partido Democrático Trabalhista – PDT), o senador Mário Covas (do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), o ex-governador de São Paulo Paulo Maluf (do PDS), o deputado federal Guilherme Afif (do Partido Liberal – PL), e o presidente da Câmara dos Deputados Ulysses Guimarães (do PMDB).

Figura 1 – “Quem será o próximo presidente da República” - A Voz do Vale do Paraíba, 27/08/1989.



Fonte: Hemeroteca “Antonio Mello Junior”/ Arquivo Histórico “Félix Guisard Filho”.

As eleições de 1989 foram caracterizadas pelo conflito de projetos de país, além da discussão moral sobre o Estado, sua ineficiência e corrupção foram pautadas nas eleições, sobretudo na decisão para o segundo turno presidencial, disputada entre Collor e Lula.

Enquanto Collor era pautado na imprensa como o caçador de “marajás”, prometendo acabar com altos cargos do funcionalismo público, e pelo combate à corrupção, Lula foi taxado sistematicamente de comunista justamente no contexto da queda do muro de Berlim e dissolução da União Soviética. Visto como uma ameaça ao projeto de neoliberalização, Lula chegou a contar com uma ampla campanha contrária à sua candidatura, como no episódio do último debate eleitoral do segundo turno realizado e televisionado pela Rede Globo⁴.

A primeira ação de Collor na presidência foi o anúncio de um plano econômico, conhecido por Plano Collor, logo no dia seguinte à posse em março de 1990, no qual bloqueou os ativos financeiros de todos os brasileiros acima de cinquenta mil cruzeiros por dezoito meses, congelou preços e salários a fim de combater a inflação, iniciou o Plano Nacional de Desestatização e demissões de trabalhadores do setor público, realizou a abertura do mercado brasileiro ao comércio exterior, extinguindo incentivos fiscais e subsídios do governo⁵.

A medida de maior notoriedade pública, o bloqueio dos ativos financeiros, conhecida por “confisco da poupança”, foi a principal medida do pacote anunciado. Durante a elaboração do plano, Conti (1995, p. 379) relata que a equipe econômica do governo, representada no texto pela Ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello, estava ciente do quanto a medida econômica afetaria a vida dos trabalhadores brasileiros:

Zélia pôs Collor a par das implicações do bloqueio. ‘Presidente, o senhor está absolutamente seguro sobre o que vai fazer?’, perguntou ela. ‘Está ciente de que muita gente vai padecer e mesmo morrer em consequência do nosso programa? Sabe que há gente que morrerá porque seu dinheiro estará bloqueado e por isso não vão ter atendimento médico? Que muitos não terão dinheiro sequer para comer?’ Collor mandou que ela seguisse em frente [...] (Conti, 1995, p. 379).

⁴ Conti (1995) apresenta e discute a relação de Collor com a imprensa, como os veículos de comunicação trabalharam a imagem de Collor como político desde sua vitória como prefeito de Maceió, em 1979, até seu período como presidente do país. De forma que, quanto às eleições de 1989, aponta para a complexidade da disputa e a importância que os meios de comunicação, sobretudo a imprensa e a televisão, tiveram na vitória de Collor sobre Lula. Para Conti (1995, p. 274), foi a partir dos meios de comunicação que Collor tornou-se conhecido por boa parte do eleitorado brasileiro, sendo alguém pouco conhecido no cenário nacional meses antes da eleição, a não ser pelo eleitorado mais rico e escolarizado.

⁵ Segundo Silveira (2009, p. 85), estima-se que em 1990, 158.295 servidores federais foram afastados dos seus postos de trabalho em decorrência do Plano Collor.

No entanto, os efeitos não foram o esperado pelo governo, e o plano fracassou. Empresas brasileiras fecharam, o desemprego aumentou e até mesmo a inflação, que no primeiro mês do plano recuou, voltou a subir. Àquele contexto, Conti (1995, p. 379) indica que mesmo com apoio popular e sustentação quase unânime da imprensa, o que se concretizou e já era esperado pela equipe econômica do governo, foi o padecimento de muitos trabalhadores.

Carvalho (2000, p. 113) explica que a ideia de bloquear a liquidez dos ativos financeiros não surgiu repentinamente. Na verdade, essa proposta estava profundamente ligada ao debate econômico brasileiro dos anos 1980, impulsionada por três principais fatores: a rápida remonetização em situações de desinflação abrupta e as dificuldades em controlá-la para evitar impactos negativos na estabilidade de preços; as consequências da alta liquidez dos ativos financeiros; o crescimento acelerado da dívida interna e suas preocupações com um sistema frágil de refinanciamento no mercado monetário.

O Plano Collor tinha como objetivo controlar a oferta da nova moeda de forma ordenada e lenta, evitando o aumento rápido da demanda por bens e ativos de risco até que a confiança na estabilização econômica fosse restaurada. Entretanto, Carvalho (2003, p. 328) explica que a liquidez retornou rapidamente devido a fatores ligados principalmente ao bloqueio de liquidez, não por erros na sua gestão.

O fracasso dos objetivos de combate à inflação do Plano Collor é motivo de debate entre economistas e cientistas sociais. Para Carvalho (2003, p. 285), ainda que tenha prevalecido à época que o plano falhou pela liberação dos valores retidos mediante pressões sociais e políticas sobre o governo, o plano falhou por ser “inaplicável”, discordando da tese de que o bloqueio da liquidez poderia ser exitoso caso o plano tivesse sido aplicado rigorosamente.

O descontrole na expansão da liquidez era inevitável devido à concepção do bloqueio, à natureza das medidas e às condições econômicas do Brasil. O descontrole da monetização ocorreu principalmente no sistema bancário, devido à falta de detalhes operacionais do plano (Carvalho, 2003, p. 328)

Um segundo Plano Collor foi realizado em janeiro de 1991, com contingenciamento das despesas e investimentos do Estado e a redução das alíquotas de importação a fim de acelerar a abertura do mercado interno. O Governo Collor, desse modo, foi o primeiro no Brasil a ser estruturado e agir a partir de premissas neoliberais, tendo como meta a liberalização comercial, a privatização e o ajustamento fiscal.

Sob o anúncio de uma “modernização” do Brasil, o Governo Collor promoveu a desregulamentação da economia, a privatização de um amplo número de empresas estatais e a abertura comercial. Medidas neoliberais, já abordadas no presente trabalho a partir de Anderson (2000) e Harvey (2008).

A defesa de um Estado neoliberal pode ser apontada através de discursos de Collor:

[...] Já se percebe que nossa economia respira um ambiente de crescente competição, resultado da desregulamentação, da abertura às importações, e do combate sem tréguas aos cartéis e àqueles que continuam agindo contra o projeto nacional de construção de uma economia de mercado contemporânea (Collor, 1991, apud Silveira, 2009, p. 93).

O receituário neoliberal do Governo Collor, no entanto, foi interrompido pelo processo de impedimento do presidente no final de 1992. A partir de um esquema de corrupção denunciado pelo irmão do presidente, Pedro Collor de Melo, que acusou o presidente de ter recebido dinheiro de Paulo César Farias, empresário que foi tesoureiro da chapa Collor para as eleições de 1989, que também influenciava ministérios do governo, sendo preso por sonegação fiscal e falsidade ideológica em 1993.

O processo de impedimento de Collor foi iniciado a partir de pedido apresentado em setembro de 1992, após uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) investigar a participação e atuação de Paulo César Farias no Governo Collor e concluir que Collor teve ligações com Farias. Em 29 de dezembro de 1992, durante o julgamento do processo de impedimento no Senado, o presidente renuncia ao cargo.

Desse modo, foi discutido no capítulo o processo de surgimento e desenvolvimento dos ideais neoliberais e como tais ideais chegaram ao Brasil no contexto da redemocratização após a ditadura civil-militar. No próximo capítulo, é abordado o contexto histórico da cidade de Taubaté que leva ao desenvolvimento industrial na cidade durante o século XX, bem como como se dá o trabalho da imprensa taubateana, no caso dos jornais diários “A Voz do Vale” e “Diário de Taubaté” na redemocratização brasileira.

CAPÍTULO 2 – TAUBATÉ INDUSTRIAL E IMPRENSA NO INTERIOR DE SÃO PAULO

2.1 Taubaté e o desenvolvimento industrial no interior

A transição do século XIX para o século XX foi um período de mudanças nas estruturas e experiências sociais brasileiras, bem como no cenário econômico. Em Taubaté, município localizado na região do Vale do Paraíba, interior do estado de São Paulo, não é diferente.

Em meados do século XIX, a economia taubateana era dominada pela monocultura cafeeira em um período que o café era um dos principais produtos brasileiros comercializados para o exterior. Costumou-se caracterizar a região do Vale do Paraíba como uma das mais ricas do Brasil, a ponto de popularizar a expressão “O Brasil é o Vale” (Costa, 2005, p. 42).

A estrutura social regida pelas atividades nas grandes fazendas possibilitava que, nas cidades, houvesse um maior dinamismo da vida urbana, dominada pelos barões do café, seus casarões e seus empreendimentos. Enquanto que o centro das atividades estava nas fazendas, a partir dos trabalhadores escravizados.

Com a abolição da escravatura e a desvalorização do café no final do século XIX, a economia de Taubaté passa a ser caracterizada pelo predomínio de pequenos e médios agricultores, bem como pela comercialização de produtos de subsistência. Muitos dos trabalhadores escravizados libertos continuaram a trabalhar na agricultura e não tiveram acesso à terra, diferente dos imigrantes que chegaram a partir das últimas duas décadas do século XIX.

Costa (2005, p. 44) explica que

Dessa forma, a economia cafeeira no Vale do Paraíba esteve apoiada em uma rígida estrutura social que se fortaleceu, apesar das transformações sociais e econômicas ocorridas desde a época colonial. Os senhores de café acostumados ao mando e aos privilégios transformaram-se, com o tempo, mas a sua presença político-econômica ainda se faz sentir nos tempos atuais.

Após a crise cafeeira do final do século XIX, nas primeiras décadas do século XX o capital cafeeiro desdobra-se em outras frentes econômicas em São Paulo, criando condições para uma acumulação capitalista diversificada e, assim, possibilitando o nascimento da indústria paulista.

Com isso, a partir do capital cafeeiro, tal diversificação exigia o aumento de um segmento urbano e, para o desenvolvimento urbano, o crescimento de atividades ligadas ao

processo de urbanização, como o comércio varejista, a construção civil, a energia elétrica e as comunicações. De acordo com Cano (1988, p. 7), a base para o desenvolvimento industrial em São Paulo é o complexo cafeeiro, em uma relação de diversificação na economia que, com o dinamismo urbano, incentiva também a produção de alimentos e a diversificação na agricultura.

Em Taubaté, como em boa parte do Vale do Paraíba, a combinação do desenvolvimento industrial e expansão agrícola foram dificultadas pela escravidão tardia e esgotamento do solo por conta da produção de café. Somente as várzeas às margens do rio Paraíba permitiam o cultivo agrícola, sendo o arroz o produto de maior destaque.

O início da atividade industrial em Taubaté caracteriza-se pelas indústrias têxteis, caracterizadas por processos industriais de maquinário simples diante da ausência de mão de obra especializada na região. Muitos dos trabalhadores das fábricas têxteis da primeira metade do século XX eram trabalhadores que haviam sido escravizados, bem como outros trabalhadores vindos do campo e crianças.

A primeira indústria em Taubaté, a Companhia Taubaté Industrial (CTI), foi fundada em 1891 por Félix Guisard, alicerçada inicialmente pelo capital cafeeiro, já que muitos dos acionistas da empresa eram grandes cafeicultores, e posteriormente, sócios ingleses responsáveis por um aumento na exportação do morim produzido pela CTI a partir de 1911. Além da CTI, outras empresas foram fundadas em Taubaté e se desenvolveram durante a primeira metade do século XX como a Indústrias Reunidas Vera Cruz, fundada em 1923; a Companhia Fabril de Juta, fundada em 1927; a Companhia Predial de Taubaté, fundada em 1932; e a Corozita, fundada em 1935 (Costa, 2005, p. 54).

O Estado, a partir de obras de infraestrutura e políticas de importações de máquinas e ferramentas, buscou viabilizar e facilitar a industrialização. E o poder público em Taubaté incentivou a implantação de empresas na cidade e previu isenção de impostos às empresas, bem como definiu formas de controle de ocupação do espaço urbano em desenvolvimento. De forma que “a fazenda redimensionou a sua atividade, assumindo uma função abastecedora do centro urbano, enquanto as indústrias na cidade influenciaram e canalizaram as políticas públicas, as obras de benfeitoria e as expectativas dos trabalhadores” (Costa, 2005, p. 60).

A complementaridade das relações entre fazendeiros e industriais notou-se também na continuidade do poder exercido:

Nesse caso, as relações de mando caracterizavam-se pelo paternalismo assistencialista, pela exaltação dos valores da família e da hierarquia. O funcionamento das instituições era dominado pelas relações pessoais, sejam empresários, fazendeiros ou políticos (Costa, 2005, p. 61)

Em meados do século XX, muitos empreendimentos em Taubaté foram financiados por empresas da cidade, sobretudo a CTI, como o Hospital Santa Isabel e o Lar Santa Verônica. Além disso, foram formadas vilas operárias com moradias para os trabalhadores e a legislação trabalhista era respeitada bem como a sindicalização.

Com isso, o programa de assistência aos trabalhadores baseava-se na habitação, alimentação e instrução. Tudo isso reforçava o paternalismo assistencialista na sociedade taubateana. Alinhada ao governo, mesmo pagando baixos salários a empresa adequa-se à legislação trabalhista e age para com os trabalhadores em uma relação de suposta proteção.

A formação urbano-industrial taubateana deu-se em uma continuidade do poder, a partir do controle do poder público sobre as novas experiências e dinâmicas nas relações sociais do campo para a cidade:

Nas vendas e nos bazares que surgem ao redor das fábricas e nos bairros e vilas operários, os trabalhadores mudam de hábitos e passam a consumir os produtos acabados, adquiridos no mercado, e não aqueles produzidos por eles. O antigo fazendeiro foi substituído pelo Estado e o modelo de referência dos trabalhadores agora é o empresário, simbolizado na figura ímpar de Félix Guisard, administrador-sócio da Companhia Taubaté Industrial (CTI) e também prefeito da cidade de 1926-1930 (Costa, 2005, p. 59).

A inauguração da rodovia Presidente Dutra, em 1950, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, marca um período de emergência do Vale do Paraíba como polo industrial em um contexto diferente da indústria têxtil do início do século XX, de forma concentrada nos municípios localizados à margem da rodovia, como Jacareí, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté e Pindamonhangaba.

Tabela 1

População de Taubaté (1934-1985)

Ano	1934	1940	1950	1960	1970	1980
População	36.564	40.970	52.997	78.744	110.706	169.265

Fonte: IBGE – Censos Nacionais de 1934-1980.

A partir do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), o governo federal estimula a desconcentração e expansão industrial no país. No Estado de São Paulo, obras de infraestrutura foram realizadas, sobretudo, em cidades médias do interior, com a

pavimentação de vias públicas, a construção de escolas e rodovias, bem como a criação de programas de financiamento habitacional. Os municípios promoveram iniciativas de benefícios para atrair o investimento industrial, como em Taubaté, criando distritos industriais, doando terrenos e isentando de impostos municipais.

Entre as décadas de 1950 e 1970, o Vale do Paraíba consolidou-se como polo industrial com a instalação de empresas de capital multinacional. Em Taubaté, as principais instalações industriais do período foram a Indústrias Químicas de Taubaté (1954) e a Mecânica Pesada (1956), a Ford do Brasil (1967), a Daruma Telecomunicações do Brasil (1971) e a Volkswagen do Brasil (1973). Costa (2005, p. 70-71) aponta que houve um movimento migratório de cidades próximas para Taubaté em decorrência do desenvolvimento industrial e que, enquanto em 1970, 9.941 operários trabalhavam em Taubaté, no ano de 1980 eram 18.168.

Tabela 2

Atividade industrial no município de Taubaté (1970-1985)

Ano	1970	1975	1980	1985
Estabelecimentos industriais	188	209	257	210
Operários	6.941	11.652	18.168	16.687

Fonte: IBGE – Censo Industriais 1970 – 1985. In: Costa, 2005, p. 71.

Neste contexto, a intensa urbanização ocorrida em Taubaté, modificou relações sociais a partir do trabalho nas fábricas e a vida nas cidades, enquanto indicava continuidade em relação ao exercício de poder, tendo a presença dos Guisard na prefeitura municipal até o final dos anos 1960, em um contexto de manutenção do paternalismo e do conservadorismo.

2.2 Imprensa taubateana e redemocratização

O surgimento da imprensa taubateana remonta os anos 1860. Segundo Mello Júnior (2011, p. 18), precisar o nome do jornal pioneiro da cidade é tarefa complexa, tendo em vista divergências entre pesquisas. Entretanto, o autor ressalta que os primeiros registros de publicações taubateanas dão-se em contexto relacionados à política local, de forma modesta. No Arquivo Histórico do município, o exemplar de imprensa mais antigo é de 1861, “O Taubateense”.

Em Taubaté, o Arquivo Histórico Municipal “Félix Guisard Filho” dispõe da Hemeroteca “Antônio Mello Júnior”, em que há uma ampla coleção de jornais e revistas de

Taubaté e região valeparaibana, sobretudo do século XIX e XX. A partir de pesquisa realizada no Arquivo Histórico, estabelecemos dois jornais para elaborar o presente trabalho, compreendendo uma pesquisa do período da redemocratização brasileira entre 1985 e 1992, a partir da relevância dos jornais para o município no contexto estudado. Os jornais estabelecidos são A Voz do Vale e Diário de Taubaté, diários regionais relevantes no período da Redemocratização e editados na cidade de Taubaté.

A Voz do Vale é um jornal diário de Taubaté criado em 1º de maio de 1948, sob a direção de Waldemar Duarte que tinha por princípio a “defesa das boas causas”. No primeiro editorial do A Voz do Vale, é ressaltado o objetivo de trabalhar “Por Taubaté, pela verdade e pela justiça”:

A Voz do Vale do Paraíba espera, portanto contar com a colaboração de todos externando de, antemão, os seus melhores agradecimentos às pessoas que teem emprestado e certamente continuarão emprestando valiosa cooperação ao empreendimento, formulando votos para que as fileiras dessa legião de abnegados aumentem cada vez mais para gáudio de todos quantos almejam o progresso material da zona chamada Norte de São Paulo.

Quanto ao nosso programa de ação esclarecemos ser baseado no profundo respeito às autoridades constituídas, acatamento às tradições cívico-religiosas da Pátria e na defesa dos princípios democráticos que regem nossas leis (A Voz do Vale, 01/05/1948, apud Mello Júnior, 2011, p. 261).

Criado em 29 de junho de 1975, o jornal Diário de Taubaté foi fundado sob direção e redação de Stipp Júnior, além de contar com José Antônio de Oliveira na publicidade e Antonio Carlos Ferraz Pedrosa no campo das pesquisas e arte. A redação do jornal situava-se na rua Dr. Souza Alves n° 844, centro de Taubaté.

Está em seu editorial de apresentação, a proposta de um novo jornal diário que buscava se solidificar frente aos já estabelecidos A Tribuna e A Voz do Vale do Paraíba, sendo “o terceiro diário de Taubaté”. Além disso, destaca-se a compreensão de Taubaté como uma cidade em expansão, caracterizando a cidade a partir do comércio, do parque industrial e do setor cultural:

Em razão do contínuo crescimento da população, do fortalecimento do comércio, da expansão do seu parque industrial e da dinamização do setor cultural, Taubaté ganha hoje o seu terceiro diário. [...] A preservação da ecologia da serra do Mar, o controle da poluição do rio Paraíba, a humanização da cidade que cresce descontrolada, o apoio as iniciativas que venham a proporcionar um crescimento da mão de obra especializada e o total aproveitamento do porto de São Sebastião pelo Vale Industrial do Paraíba são algumas das metas do nosso trabalho, da nossa razão de ser (Diário de Taubaté, 29/06/1975, apud Mello Junior, 2011, p. 302).

Os redatores do Diário de Taubaté também propunham um jornal que reconhecesse a necessidade de interpretação das notícias de forma independente, para assim, em defesa do bem

comum, ser uma força junto à opinião pública (Diário de Taubaté, 29/06/1975, apud Mello Junior, 2011, p. 303).

Nos anos 1980, considerando o processo de Redemocratização já discutido no trabalho, o Diário de Taubaté apresenta em alguns artigos um posicionamento de defesa da alternância no poder, em defesa da ação do povo no processo eleitoral e imprimindo a responsabilidade do sucesso político no homem público:

Se o povo não conta com todos os elementos para suas conclusões, a responsabilidade pelos riscos dos equívocos não lhe cabe. O povo é generoso em face do interesse público e decide no sentido do bem comum de acordo com os dados que dispõe. Quando elege um representante não espera que seu mandatário, ungido pelas urnas, vá proceder exatamente como se comportaria o eleitor em seu lugar. Mas, como o eleitor gostaria de proceder se fosse ele o eleito pelo voto. Daí a responsabilidade do homem público, especial e maior em face dos compromissos do cidadão em sua vida particular [...] (Diário de Taubaté, 13/01/1985).

Ainda neste mesmo artigo, propõe a alternância dos partidos do governo como uma possibilidade do fortalecimento da politização brasileira e do debate democrático:

Eis aí uma lição de como é importante para o processo de politização nacional a alternância dos partidos no governo com a de outro na oposição. Só com a alternância será possível comparar o comportamento de um no poder com o de outro também no poder. E sem isso não dá para avaliar a sinceridade, a capacidade, a responsabilidade, o espírito público dos que se candidatam, pessoas ou partidos, para encaminhar a solução dos problemas coletivos e buscar o bem estar do povo. (Diário de Taubaté, 13/01/1985).

Tal compreensão de democracia, no entanto, não compreende a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), vista como um recuo a democracia:

Esses arautos do comunismo aqui no Brasil DEVERIAM SER ENCAMINHADOS COM PASSE SOMENTE DE IDA para a Rússia [...]. Que a família brasileira, ciosa do seu passado, volte os olhos para o quadro político atual e, se necessário, repita a grande MARCHA contra os desmandos daqueles que, até 1964, sem escrúpulos levavam o país a um possível domínio do comunismo (Diário de Taubaté, 06/02/1985).

No dia da posse de Tancredo Neves, o Diário de Taubaté destaca em sua manchete “Figueiredo cumpre a palavra e faz do Brasil uma democracia” (Diário de Taubaté, 15/3/1985). Na mesma edição, um artigo escrito pelo bispo de Taubaté ressalta que a eleição indireta teve respaldo popular e que, agora, “o Estado defenda o povo e não continue a escravizá-lo economicamente”. Além disso: “Acredito interpretar o anseio popular se disser que chegou a hora de os ricos, neste país, darem a sua cota-parte a fim de que os pobres sejam aliviados. É o instante de se enriquecerem menos para que os pobres saiam de sua aflição” (Diário de Taubaté, 15/3/1985).

Identifica-se que o A Voz do Vale é crítico ao Governo Sarney, de forma a fazer amplas críticas ao funcionalismo público, utilizando do termo “marajás” para definir políticos e servidores públicos de alto escalão.

Em 1º de abril de 1989, na edição do Voz do Vale, Mauro Mercado avalia que indicar o aumento de vendas como causa da inflação é algo inventado para travar o crescimento industrial do Brasil: “O que causa inflação é gastar mais do que se tem, com construção da Ferrovia Norte-Sul ligando nada com nada, construção de uma usina siderúrgica no Maranhão, os salários elevadíssimos dos deputados e senadores” (A Voz do Vale, 01/04/1989).

O Dia do Trabalho, 1º de maio, é definido no jornal como “piada” em 1989: “jamais se verá tanta gente parada, principalmente, sem trabalhar”. Ainda assim, na mesma edição, diante das greves na educação e no setor bancário, o jornal apoia as reivindicações dos trabalhadores e apresenta os “marajás” como culpados:

Talvez nem mesmo no momento da Greve Geral, encabeçada pela CUT e CGT⁶ houve tanta paralização. E pouco a pouco, a cada dia, uma nova categoria cerra seus braços, recusando-se a trabalhar por salários tão miseráveis, enquanto muitos, os conhecidos marajás, gozam das mais altas regalias.

O governo vem a público, como sempre é de se esperar, apontando índices falsos e absurdos tentando passar à população uma realidade inexistente e mentirosa. Mas aí então ele leva o susto. O povo parece está acordando, percebendo o que se passa a sua volta e aprendendo a reivindicar, mesmo que ainda em processo de engatinhamento (A Voz do Vale, 27/04/1989).

Em 1989, diante da campanha eleitoral presidencial após a redemocratização, o noticiário político do Diário de Taubaté é tomado por elogios ao liberalismo econômico e críticas ao funcionalismo público, sobretudo a nível federal. Podem-se destacar dois artigos de Luiz Ferreira Lima publicados no Diário de Taubaté, “Para não perder a década de 90” (Diário de Taubaté, 23/10/1989) e “Parasitose nacional” (Diário de Taubaté, 17/11/1989), em que o jornalista defende uma economia nacional apoiada na livre iniciativa, baseada em princípios liberais e democráticos, pede pela diminuição do Estado e denuncia os “parasitoses” que ocupam os cargos da administração federal, à exceção do “punhado mal remunerado que efetivamente trabalha”.

Às vésperas da eleição, o artigo de Umberto Passareli, “Nem direita nem esquerda”, o autor defende a equidistância dos extremos e aponta que um segundo turno polarizado é prejudicial e limitador: “Seria sugerir a uma imensa massa de jovens que as alternativas estão

⁶ Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

apenas entre o anacrônico socialismo ou o duro capitalismo selvagem tutelado pelo autoritarismo”. Quanto a uma alternativa para tanto, Passareli pede por “serenidade” diante da crise (Diário de Taubaté, 10/11/1989).

Ao lado do artigo de Passareli, o destaque “Grande carreta e encontro com o Povo! - Domingo é dia de Maluf em Taubaté” (Diário de Taubaté, 10/11/1989). Na corrida eleitoral, nota-se o destaque dado a Paulo Maluf (PDS) frente a outros candidatos à presidência até o final do primeiro turno⁷.

Figura 2 – “Nem direita e nem esquerda” ao lado do destaque a Paulo Maluf – Diário de Taubaté, 10/11/1989.



Fonte: Hemeroteca “Antonio Mello Junior”/ Arquivo Histórico “Félix Guisard Filho”.

Durante a campanha eleitoral para presidência em 1989, nota-se inicialmente o destaque nas edições do jornal às decisões do PMDB para candidatura à presidência⁸. A Voz do Vale

⁷ Até mesmo as denúncias de Paulo Maluf contra a outros candidatos eram noticiadas, como no caso em que Maluf diz que Leonel Brizola não pode ir ao segundo turno pois “foi uma desgraça para o Rio” (Diário de Taubaté, 20/09/1989). Até mesmo depois das eleições presidenciais, o jornal apresenta uma passividade noticiar Maluf, como no caso de sua derrota nas eleições estaduais em 1990 para Fleury Filho (PMDB), em que o jornal atribui parte da derrota de Maluf ao apoio do presidente Collor ao próprio Maluf: “Collor derrota Maluf em São Paulo”, o editorial do jornal (Diário de Taubaté, 27/11/1990).

⁸ A escolha do PMDB entre Ulysses Guimarães e Orestes Quércia foi amplamente noticiada, com destaque para “Só Quércia poderá vencer as eleições” (A Voz do Vale, 27/04/1989) e “Ulysses inicia campanha pelo Vale do Paraíba” (A Voz do Vale, 02/06/1989).

realizou ampla cobertura do cenário nacional, pautando decisões partidárias e estratégias de campanha.

Realizados em Taubaté, comícios de Paulo Maluf, Fernando Collor, Guilherme Afif, Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves⁹ são anunciados no jornal. Não há nenhuma menção a campanha de candidatos que possam ser identificados à esquerda, como o caso de Lula, Leonel Brizola, Roberto Freire e Mário Covas¹⁰. Toda campanha dos candidatos de esquerda é reduzida aos perigos que seus governos poderiam trazer segundo falas de Paulo Maluf e Fernando Collor na edição de 15 de outubro de 1989 do jornal (*A Voz do Vale*, 15/10/1989).

A reta final do primeiro turno também é marcada pelo destaque a campanha de Paulo Maluf, como na edição de 15 de novembro de 1989: “Paulo Maluf trabalha até o último dia” (*A Voz do Vale*, 15/11/1989). Com o resultado das urnas, no entanto, no segundo turno *A Voz do Vale* foi menos parcial, sendo raro o uso de adjetivos para caracterizar os candidatos e se atendo às ações das campanhas do PRN e do PT.

Os dois candidatos que foram para o segundo turno, Collor e Lula, não somente não receberam mesmo destaque no *Diário de Taubaté* nos meses anteriores ao primeiro turno como, no caso de Lula, não era noticiado nada sobre sua candidatura, e no caso de Collor, noticiava-se suas quedas nas pesquisas (*Diário de Taubaté*, 22/09/1989).

Com a vitória de Collor sobre Lula, o artigo de José Ferraz Salles, “Brasil novo”, aponta que venceu o melhor, elogiando Collor como pessoa “íntegra” e “combativa”, adjetivando Lula como “retrógrado” e “ultrapassado”, além de criticar a Constituição Federal de 1988, “inexequível” e “demagógica” (*Diário de Taubaté*, 09/02/1990).

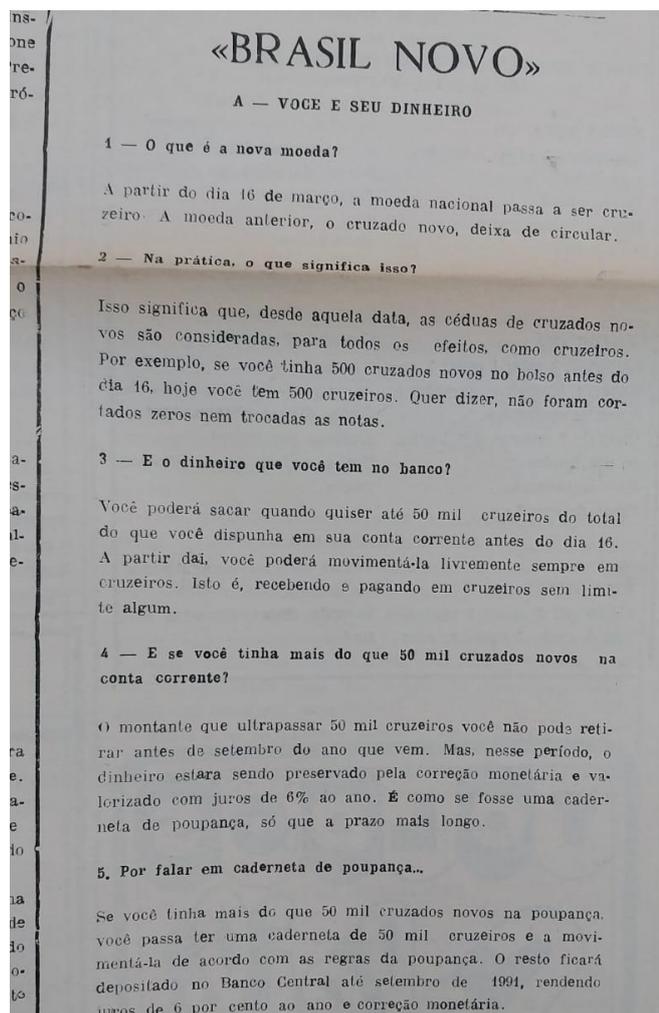
O uso do termo “Brasil novo”, no entanto, não é exclusivo ao momento posterior à vitória de Collor, sendo utilizado também em outros contextos no primeiro ano de governo (*Diário de Taubaté*, 23/03/1990). Ainda mais após o anúncio do Plano Collor, oficialmente chamado de “Plano Brasil Novo”¹¹.

⁹ Além de que, a escolha de Aureliano Chaves, vice-presidente do Governo João Figueiredo (1979-1985), pelo Partido da Frente Liberal (PFL) como candidato, bem como a possibilidade de Silvio Santos ser candidato pelo mesmo partido foram pautas recorrentes no jornal (*A Voz do Vale*, 22/10/1989; *A Voz do Vale*, 02/11/1989; *A Voz do Vale*, 14/11/1989).

¹⁰ Tanto Lula quanto Leonel Brizola e Roberto Freire são identificados nos jornais como candidatos de esquerda, já Mário Covas e o PSDB são colocados como possíveis “aliados da esquerda” (*A Voz do Vale*, 22/11/1989).

¹¹ Ainda que fosse o nome oficial do programa econômico anunciado no dia seguinte à posse de Collor, o nome foi pouco utilizado para se referir ao programa, que ficou conhecido como Plano Collor (Carvalho, 2003, p. 286).

Figura 3 – “Brasil novo” - Diário de Taubaté, 23/03/1990.



Fonte: Hemeroteca “Antonio Mello Junior”/ Arquivo Histórico “Félix Guisard Filho”.

Durante o primeiro ano de Governo Collor e após medidas do Plano Collor, um artigo em edição do jornal mantém o adjetivo “combativo” para caracterizar o presidente, tecendo críticas a Ministra da Economia, e exigindo do presidente que se empenhe “pessoalmente e diuturnamente” no combate político, pois “tanto mais quanto ao combate à inflação, apesar de sua indispensável base técnica, econômica, é sobretudo obra política” (Diário de Taubaté, 27/11/1990).

Com a emergência da investigação sobre corrupção no governo, o Diário de Taubaté mantém o discurso moral e anticorrupção das eleições, mas não adjetiva o Presidente Collor negativamente:

[...] a sociedade se mobiliza pela ética e pela moral na política e, certamente, também passa a revisar seu comportamento e de seus representantes. Ela exige, por exemplo que se vote uma lei anticorrupção duríssima, com prazo curto de julgamento e com pena de prisão que só acabe com a devolução do que foi furtado (Diário de Taubaté, 25/09/1992).

Durante o Governo Collor, os anúncios do plano econômico do governo restringem-se a pautar ações e pedidos para a população, como “Governo toma as primeiras medidas econômicas” (A Voz do Vale, 17/03/1990), “Presidente faz apelo contra gastos supérfluos” (A Voz do Vale, 27/03/1990) e “Collor conclama o povo a economizar” (A Voz do Vale, 13/09/1990).

Figura 4- “Collor conclama o povo a economizar” - A Voz do Vale, 13/09/1990.



Fonte: Hemeroteca “Antonio Mello Junior”/ Arquivo Histórico “Félix Guisard Filho”.

Com a crise política e econômica ainda em 1990 por conta do Plano Collor, o jornal restringe-se a noticiar “Collor vê 91 com pessimismo” (A Voz do Vale, 11/12/1990). Os efeitos das medidas do governo dão lugar à disputa pelo governo estadual, sendo assim o jornal A Voz do Vale, bem como o Diário de Taubaté, optam por noticiar, principalmente, as campanhas de Fleury e Sarney para o cargo de governador de São Paulo no segundo semestre de 1990.

Quanto à crise política dos anos seguintes e o impedimento de Collor, A Voz do Vale noticiou os acontecimentos sem utilizar adjetivos pessoais e clamando pela ordem democrática (A Voz do Vale, 01/10/1992).

Figura 5 – “Collor vê 91 com pessimismo” - A Voz do Vale, 13/09/1990.



Fonte: Hemeroteca “Antonio Mello Junior”/ Arquivo Histórico “Félix Guisard Filho”.

Assim, tanto *A Voz do Vale* quanto *Diário de Taubaté* retratam os acontecimentos do início da Nova República em uma perspectiva que coloque os jornais à serviço e interesse popular, noticiando a política econômica do país de forma a corroborar com uma ideia de culpar o Estado e os políticos das mazelas do país e enaltecer a novidade na política ou a mudança.

Do período estudado, entre 1985 e 1992, ambos jornais apresentam a seus leitores textos de diferentes autores quanto a economia política nacional, tanto jornalistas do *Vale do Paraíba*, quanto pessoas públicas consideradas relevantes à sociedade valeparaibana, como o Bispo de Taubaté ou vereadores do município.

Nota-se, no entanto, que a cobertura feita ao contexto nacional em ambos os jornais é mais crítica ao Governo Sarney que ao Governo Collor. Tanto que a própria abordagem dos jornais no Governo Collor passa a destacar menos as ações em âmbito federal nos anos de 1991 e 1992, com foco, sobretudo, na política do estado de São Paulo; enquanto que nos anos do Governo Sarney, as reportagens foram mais recorrentes sobre as ações governamentais.

Ainda assim, em ambos os governos sobressai uma abordagem crítica às ações da política, recorrentemente taxadas de atrasadas e corruptíveis. Destaca-se, no entanto, como o tratamento ao funcionalismo público é diferente ao da iniciativa privada. Na edição de 29 de março de 1985 do *Diário de Taubaté*, a manchete de destaque: “Solidariedade a um empresário taubateano”. O texto, assinado pelo diretor do jornal, Stipp Júnior, faz uma ampla defesa do então presidente da Volkswagen do Brasil, Wolfgang Sauer, à época investigado por

investimentos realizados junto a outros empresários brasileiros (Diário de Taubaté, 28/03/1985).

Figura 6 – “Solidariedade a um empresário taubateano” - Diário de Taubaté, 28/03/1985.



Fonte: Hemeroteca “Antonio Mello Junior”/ Arquivo Histórico “Félix Guisard Filho”.

Desse modo, no próximo capítulo, é discutida a presença das ideias neoliberais nas matérias dos jornais taubateanos, além de se trabalhar a possibilidade dos usos dos jornais impressos em sala de aula, a partir de uma discussão que compreenda a globalização e seus efeitos no cotidiano das unidades escolares, considerando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como documento norteador de práticas nas aulas de História atualmente.

A partir das fontes impressas, compreender o contexto de atuação da imprensa taubateana e das intenções da produção jornalística como possibilidade de discussões em sala

de aula que contribuam para uma formação integral no Ensino Fundamental em aulas de História que possam relacionar diferentes contextos históricos, considerando a atualidade globalizada.

CAPÍTULO 3 – IMPRENSA, REDEMOCRATIZAÇÃO E POSSIBILIDADES DO USO DOS JORNAIS IMPRESSOS COMO MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

3.1 Alinhamentos e resistências ao neoliberalismo nos jornais taubateanos

A produção jornalística do Diário de Taubaté e A Voz do Vale, ainda que de formas diferentes, tendem a convergir quanto às opiniões emitidas sobre o cenário nacional da economia política. Contudo, mediante o período de estruturação do neoliberalismo no Brasil, o papel da imprensa no interior mostra-se como espaço de alguns alinhamentos a pautas neoliberais, mas sobretudo de manutenção de um conservadorismo próximo ao elogio da ditadura em alguns textos¹².

Nos anos de Governo Sarney, nota-se que o Diário de Taubaté é sistematicamente crítico ao Estado brasileiro, adjetivado de corrupto e tomado por “marajás”. Desde a transição do governo de João Figueiredo para o governo civil há críticas a classe política, “desprestigiada” e atrasada, a ponto de ser feito um elogio à gestão tecnocrata da política econômica dos anos de ditadura:

A ampliação do poder tecnocrático, ocorrida nos últimos vinte anos, deveu-se à hipertrofia do poder ocorrida no pós-revolução. Em 1964, mercê do desprestígio em que estava situada a classe política, os militares que assumiam o poder na ocasião tiveram a necessidade de fazer uma aliança com a tecnocracia no sentido de modernizar a gestão de nossa economia (Diário de Taubaté, 14/02/1985).

Ainda assim, nos anos de 1985 a 1989, o Diário de Taubaté apresenta matérias com pautas de reivindicações de trabalhadores, sobretudo dos metalúrgicos e suas representações sindicais como a CUT, paulatinamente a classe metalúrgica deixa de ser pautada nas matérias do jornal, de modo que em 1989, nota-se a ausência de matérias sobre as organizações sindicais.

No ano de 1990, uma exceção de tal ausência de matérias deu-se com uma denúncia do delegado municipal do PRN em Taubaté, partido do então candidato vitorioso à presidência Fernando Collor, de que PT e CUT exploravam trabalhadores a partir de taxas assistenciais, bem como cometeram crime eleitoral nas cidades de São José dos Campos e Taubaté. No texto, o autor ressalta que: “As eleições terminaram e graças a Deus o nosso querido Brasil está livre do Radicalismo e do Comunismo que pretendiam aqui instalar” (Diário de Taubaté,

¹² Retomamos aqui, a matéria sobre a legalização do PCB, em que o jornal noticia a possibilidade da legalidade do partido como “se prender ao passado” e que, se necessário, era preciso marchar assim como foi feito em 1964, contra os “arautos do comunismo” (A Voz do Vale, 06/02/1985). Além dessa matéria, retomamos também a crítica à Constituição Federal de 1988 no Diário de Taubaté, taxada de “demagógica” (Diário de Taubaté, 09/02/1990).

23/01/1990). Ou seja, quando se pautou tais organizações eram somente em matérias críticas a elas.

Durante o período eleitoral de 1989 destacam-se matérias sobre as eleições como a definição do futuro do país que explicitam o projeto de política econômica defendida pelo Diário de Taubaté: “o sucessor do presidente José Sarney terá de assegurar as condições para que a economia nacional se apoie solidamente na liberdade de iniciativa assentada em princípios liberais e democráticos” (Diário de Taubaté, 25/10/1989).

No caso do A Voz do Vale, no entanto, algumas divergências devem ser destacadas como maior amplitude de cobertura de movimentos sindicais e grevistas. As greves dos metalúrgicos e bancários de abril de 1989, por exemplo, são noticiados pelo jornal, bem como a posição do governo contra a greve (A Voz do Vale, 11/04/1989; 16/04/1989; 22/04/1989; 23/04/1989; 29/04/1989; 03/05/1989).

Com isso, tomando os conceitos neoliberais trabalhados no primeiro capítulo, há certos alinhamentos do discurso dos jornais com propostas neoliberais, quando se retoma que o neoliberalismo tem por base que o Estado deve favorecer os direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados do livre comércio (Harvey, 2008, p. 75).

Nota-se que há semelhanças na proposta neoliberal de Estado com a proposta de economia política defendida nos jornais, sobretudo no Diário de Taubaté que, de forma mais explícita, defende a livre iniciativa (Diário de Taubaté, 25/10/1989) e condena o populismo e a esquerda (Diário de Taubaté, 25/10/1989; 09/02/1990).

No período das eleições à presidência da república em 1989, ambos jornais optaram por evidenciar as campanhas de candidatos à direita como Paulo Maluf e Fernando Collor. No caso do Diário de Taubaté, políticos à esquerda como Leonel Brizola e Lula somente aparecem em matérias críticas a tais candidatos (Diário de Taubaté, 15/10/1989).

Enquanto que o A Voz do Vale, mesmo que com destaque à Paulo Maluf¹³, Fernando Collor e também Ulysses Guimarães, noticia acordos políticos realizados pelos candidatos do

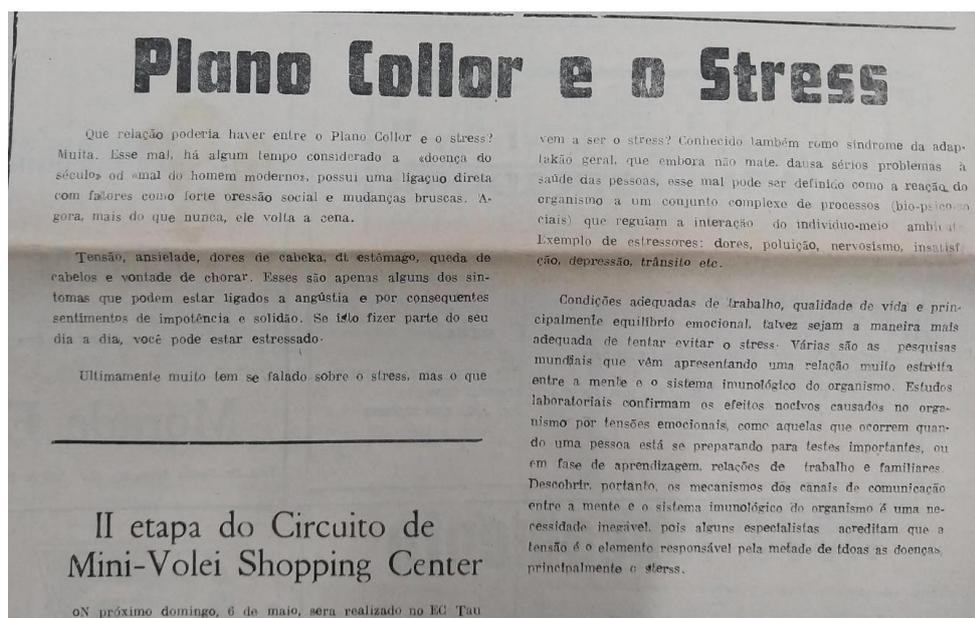
¹³ São cinco matérias no A Voz do Vale com destaque à Maluf somente no mês da eleição, entre o dia 01 e 15 de novembro de 1989, sendo o candidato de maior destaque na cobertura midiática de ambos jornais.

PT e PDT, sobretudo no segundo turno entre Fernando Collor e Lula, quando o posicionamento do PMDB e PSDB a favor de Lula é noticiado (A Voz do Vale, 25/11/1989; 26/11/1989).

Nos anos de governo Collor, a adesão e apoio ao Plano Brasil Novo por parte dos jornais se evidencia na ausência de matérias críticas matérias que tragam opiniões contrárias à implementação do plano em 1990. Tanto o Diário de Taubaté quanto A Voz do Vale produzem matérias descrevendo o plano e também elogiando as medidas tomadas.

Com a crescente insatisfação popular gerada pelas medidas econômicas do Plano Collor, como visto em Conti (1995), o Diário de Taubaté publica uma matéria intitulada “Plano Collor e o stress” em que, de forma subentendida, vincula o momento vivido pelos brasileiros a uma fase “turbulenta” e de “mudanças bruscas” (Diário de Taubaté, 04/05/1990).

Figura 7 – “Plano Collor e o Stress” - Diário de Taubaté, 04/05/1990.



Fonte: Hemeroteca “Antonio Mello Junior”/ Arquivo Histórico “Félix Guisard Filho”.

Além disso, nota-se que em ambos os jornais há dois pontos em comum quanto à abordagem das pautas da economia política nacional: o ataque à política e o discurso de pessoalidade.

O discurso de pessoalidade utilizado nos jornais está ligado à manutenção de um paternalismo característico ao contexto taubateano. No entanto, ao tratar de questões sociais, recorre-se ao conceito do “jeitinho brasileiro”, que deve ser eliminado para o melhor

funcionamento da sociedade (A Voz do Vale, 20/10/1988)¹⁴. Não há um questionamento estrutural de instituições, mas sim uma culpa ao modo de ser das pessoas.

Em manchete de destaque na edição do Diário de Taubaté de 29 de março de 1985, “Solidariedade a um empresário taubateano”, o diretor do jornal, Stipp Júnior, faz uma ampla defesa do presidente da Volkswagen do Brasil, Wolfgang Sauer, então investigado por investimentos realizados junto a outros empresários brasileiros.

A pessoalidade do discurso do Diário de Taubaté permeou toda a redemocratização do país. Nota-se que, no discurso de anticorrupção do jornal, a moral está presente e se defende um julgamento firme dos políticos e dos indivíduos em geral. Entretanto, o mesmo não coube ao caso da investigação do então presidente da Volkswagen do Brasil, defendido em um artigo escrito pelo próprio diretor do Diário de Taubaté.

Nesse sentido, nota-se no Diário de Taubaté uma pronta defesa do empresariado, sobretudo através do mérito da honra, do trabalho e da moral. Os elogios e adjetivos são relacionados a pessoalidade, como “pessoa honesta e decente”, e a produtividade, “trabalhador dinâmico” (Diário de Taubaté, 29/03/1985).

A política neoliberal reivindica desregulamentação e competição, de forma que sejam eliminados entraves burocráticos para a busca de aumento de eficiência e produtividade. Em ambos os jornais, nota-se a presença de tais interesses expressos em matérias sobre trabalho e política econômica durante o período estudado.

Desse modo, entre alinhamentos e resistências ao neoliberalismo, ambos jornais se apresentam como uma expressão do conservadorismo predominante no ideário taubateano do período estudado. Além disso, também ressaltam o papel da imprensa como instituição de poder a partir de posicionamentos de manutenção à ideais da ditadura diante dos acontecimentos relacionados à economia política nacional e certa ruptura com a política vigente no governo Sarney diante de um projeto da liberalização econômica representado nas eleições de 1989 por Fernando Collor.

¹⁴ Ao tratar da Constituição Brasileira, à época recém promulgada, a matéria do A Voz do Vale caracteriza o documento como um misto de avanços e recuos na democracia brasileira, visto que “parece propositalmente reparada para servir de lei máxima para o povo, contanto que não venha prejudicar o poder econômico dominante em todos os aspectos da vida nacional”. No encerramento da matéria, há críticas ao fazer política, taxada de burocrática, mas que, ao menos “já temos uma constituição que se pode modificar quando houver necessidade, do jeitinho brasileiro” (A Voz do Vale, 20/10/1988).

3.2 Ensino de História e o uso didático de jornais impressos

As práticas de ensino de História no Brasil compreendem diferentes abordagens e usos didáticos. Bittencourt (2004, p. 13) afirma que as propostas curriculares de História estão relacionadas às condições políticas e culturais que se exige de um período. A autora destaca, no contexto do ensino de História no Brasil dos anos 1990, que as diferentes propostas curriculares se dão em uma disputa de projetos de ensino e de país, sendo um constante desafio à sociedade escolar.

Para Bittencourt (2004, p. 14),

[...] no caso da história as questões se avolumaram à medida que as questões se avolumaram à medida que a sociedade consumista tem se estruturado sob a égide do mundo tecnológico, responsável por ritmos de mudanças acelerados, fazendo com que tudo rapidamente se transforme em passado, não um passado saudosista ou como memória individual ou coletiva, mas, simplesmente um passado ultrapassado.

Desenvolvida a partir do Plano Nacional da Educação (PNE) em 2014, e concluída em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais a serem desenvolvidos nas etapas do Ensino Básico das escolas brasileiras em conformidade com a Lei Nacional de Diretrizes e Bases (LDB, Lei nº 9.394/1996), define que o ensino de história pressupõe que docentes e discentes tenham uma “atitude historiadora” diante dos conteúdos propostos (Brasil, 2018, p. 398).

Tal “atitude historiadora” compreende os processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de um objeto histórico determinado. A BNCC, organizada em unidades temáticas que compreendem objetos de conhecimento e habilidades específicas, considera o conhecimento histórico como um saber necessário que se origina no tempo presente e com ele dialoga, o documento aponta para a necessidade de compreender o processo histórico como uma produção narrativa e de se valorizar a leitura das fontes históricas por meio de diferentes linguagens (Ralejo; Mello; Amorim, 2021, p. 14).

De forma que o ensino de história na Educação Básica “Não se trata de formar historiadores, mas de dotar diferentes sujeitos de autonomia para a tomada da palavra e de posição em sua vida social a partir de possibilidades de usos do passado” (Ralejo; Mello; Amorim, 2021, p. 15).

Com isso, destaca-se que as habilidades dos anos finais do Ensino Fundamental que trabalham com o contexto histórico estudado no presente trabalho estão em unidade temática do 9º ano, como está disposto na tabela 3.

Quadro 1

Unidade temática de História Recente - BNCC

Unidades temáticas	Objetos de conhecimento	Habilidades
(9º ano)		
A História Recente	O fim da Guerra Fria e o processo de globalização. Políticas econômicas na América Latina.	(EF09HI32) - Analisar mudanças e permanências associadas ao processo de globalização, considerando os argumentos dos movimentos críticos às políticas globais. (EF09HI33) - Analisar as transformações nas relações políticas locais e globais geradas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação. (EF09HI34) - Discutir as motivações da adoção de diferentes políticas econômicas na América Latina, assim como seus impactos sociais nos países da região.

Fonte: Brasil, 2018, p. 433-434.

A BNCC, como política pública que modifica a organização dos currículos escolares, da formação de professores e da própria finalidade do ensino brasileiro, deve ser analisada como ponto estratégico no desenvolvimento nacional. De forma que, a partir de Diógenes e Silva (2020), é possível compreender o movimento de reformas educacionais a partir dos anos 1990 no Brasil e como a BNCC está neste movimento.

A BNCC trata-se de uma política normativa educacional desenvolvida de forma a efetivar acordos firmados com organismos internacionais, com parcerias entre instituições públicas e privadas, que inicialmente foi elaborada a partir de um processo participativo e democrático, posteriormente burlado para a defesa do interesse de organismos internacionais (Diógenes; Silva, 2020, p. 353-355).

Diógenes e Silva (2020) destacam que a atuação de instituições privadas na educação pública dá-se de forma a reproduzir os interesses das classes dominantes na escola pública, de

forma que a educação paulatinamente perde seu caráter emancipador e se reduz a treinar o indivíduo para o mercado de trabalho:

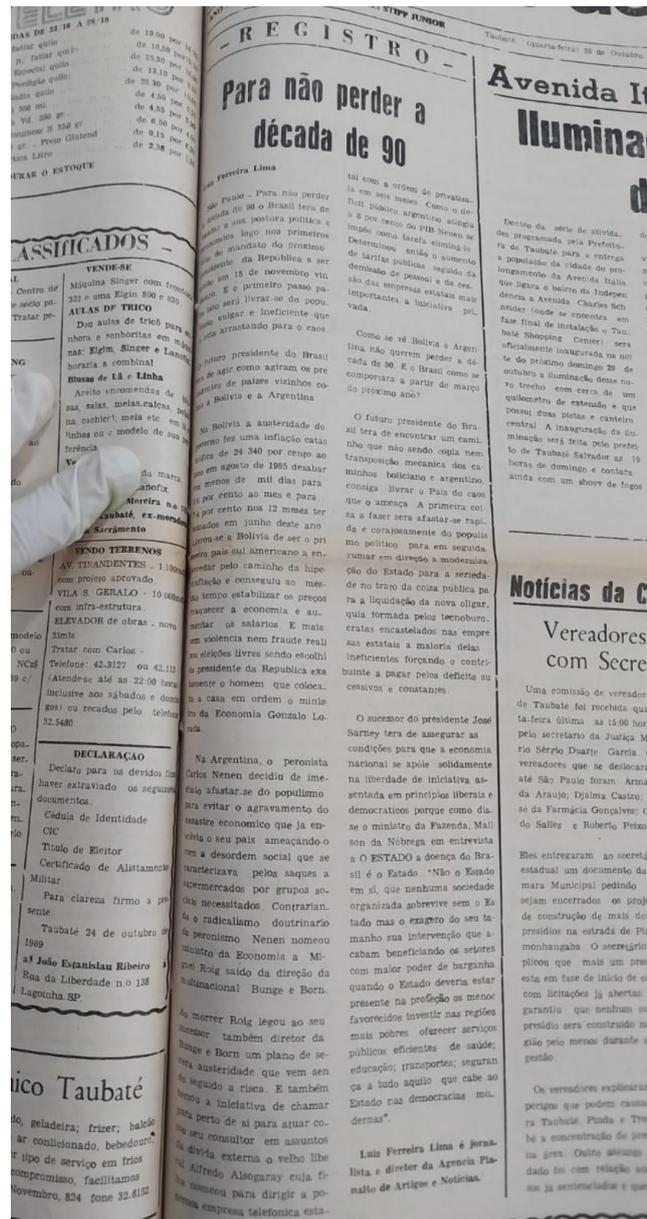
A BNCC é uma política que vem fortalecer o Estado neoliberal pelo fato de que sua prioridade é a preparação dos alunos para o mercado de trabalho, isto é, ela reduz a formação apenas a perspectiva técnica, deixando de contemplar e priorizar a criticidade do aluno no espaço escolar. Essas proposições estão atreladas aos interesses dos organismos internacionais, bem como com os acordos que foram firmados para obtenção de financiamento da educação (Diógenes e Silva, 2020, p. 364).

Com isso, é necessário ressaltar os interesses das políticas educacionais, suas complexidades e, no caso da BNCC, os conflitos a partir da elaboração e uso de tal documento. No presente trabalho, utilizamos da BNCC para as propostas de uso dos jornais em sala de aula, tendo em vista que é o atual documento normativo em uso no ensino. Entretanto, utilizamos o documento de forma a problematizar seus ideais e ir de encontro com a problematização de um ensino neoliberal, tendo em vista que a proposta não é de individualismo, mas sim de uma construção conjunta em sala de aula.

Para Faria (2013, p. 13-14), os jornais podem ser ferramentas pedagógicas que contribuam para uma pedagogia da informação e possibilitem um ensino que situe o aluno mediante o excesso de informação em que se está exposto no contexto contemporâneo. Segundo a autora, a leitura e análise de jornais possibilita a pesquisa e organização de ideias, bem como relacionar fatos históricos, argumentar e, por fim, aprender a aprender.

Partindo da proposta do uso de jornais como material didático, quanto à habilidade EF09HI32, pode-se pensar relacionar a produção midiática local com o contexto global do final da Guerra Fria, de forma a discutir como os jornais locais noticiaram a globalização e quais foram movimentos críticos às políticas globais. Para exemplificar, a imagem 8 pode ser um documento a ser utilizado em sala de aula a fim de discutir tais contextos da habilidade.

Figura 9 - "Para não perder a década de 90" - Diário de Taubaté, 25/10/1989.



Fonte: Hemeroteca "Antonio Mello Junior"/ Arquivo Histórico "Félix Guisard Filho".

Desse modo, considerando a imprensa como fonte de pesquisa e recurso didático, bem como a partir dos parâmetros e normas de ensino de História, propõe-se a utilização de jornais em sala de aula de forma a possibilitar a construção de conhecimento histórico nas escolas.

A partir do contexto e problema desenvolvido no presente trabalho, pode-se relacionar, diante das habilidades EF09HI32, EF09HI33 e EF09HI34 da BNCC, o contexto histórico da segunda metade do século XX desde o cenário municipal até o contexto globalizado ou nacional de forma que seja possível que os alunos tenham autonomia na leitura de documentos históricos

e possam relacionar diferentes contextos históricos ou ainda diferentes contextos geopolíticos, desde o local até o global.

Ao trabalhar a documentação local, no caso dos jornais de Taubaté, é possível desenvolver em sala de aula um ensino que enalteça a comunidade escolar como um local de seres históricos, que intervém no mundo. No sentido exposto por Freire (1995, p. 30-31), de sujeitos históricos que reconhecem no seu conhecimento de mundo historicidade, respeitando e estimulando a capacidade criadora dos alunos. Indo, assim, no caminho oposto a um protagonismo individual proposto na BNCC, mas sim um uma construção coletiva em sala de aula, discutida e desenvolvida no reconhecimento de sujeitos históricos.

Ao mesmo tempo, ao trabalhar a documentação local, pode-se problematizar e discutir a produção de tais documentos, de quem são os textos e a que interesses representam as matérias dos jornais, quais são aqueles excluídos dos interesses midiáticos locais. Com isso, promover a criticidade a partir da leitura dos alunos e de suas vivências é uma forma de evitar um pragmatismo neoliberal e estimular a curiosidade epistemológica (Freire, 1995, p. 33).

Por fim, no capítulo expôs-se a proposta do uso dos jornais em sala, a partir do contexto estudado no trabalho da redemocratização e neoliberalização no Brasil, de forma a relacionar o contexto local com o nacional e global. De forma que, diante da materialidade da sala de aula hoje, possa-se construir um ensino dialógico, crítico e democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu estudar o surgimento do neoliberalismo na economia política brasileira através do contexto da produção dos jornais de Taubaté entre 1985 e 1992, bem como a partir do contexto social da cidade taubateana. Além disso, buscou-se relacionar as semelhanças e diferenças do contexto local em relação ao nacional com as possibilidades didáticas de Ensino de História, sobretudo através do uso de jornais em sala de aula.

Para tanto, compreender o contexto global do desenvolvimento capitalista da segunda metade do século XX, da Era de Ouro e suas limitações, fez-se necessário para a compreensão do contexto brasileiro perante o capitalismo globalizado. Retomamos, assim, Hobsbawm (1995, p. 406) que, ao apontar para as décadas de crise, dos anos 1970 e 1980, ressalta que ao invés de gerar uma crítica ao regime político e econômico no poder, levou a crise a tais projetos sociais-democratas ou trabalhistas, já como parte da prática de projetos neoliberais.

Tal realidade do Norte Global é refletida no cenário nacional conforme as particularidades da sociedade brasileira, que passava pela abertura política nos anos de 1980. São projetos de país que se desenvolveram a partir de disputas e conflitos, a partir de diferentes agentes sociais.

O cenário político-econômico brasileiro no início dos anos 1980 foi estudado a partir da difusão da redemocratização como pauta política e dos projetos subsequentes a ela. De forma a considerar a imprensa como uma viabilizadora da difusão desses projetos. Para Abreu e Lattman-Weltman (2006), tal contexto se deu de forma complexa e contraditória no cenário da imprensa nacional:

[...] ao mesmo tempo enfrentando como podia a censura e incorporando estrategicamente as linhas de “pactuação” ou “desprendimento” [...], a mídia não deixou de contribuir, de modo contraditório, evidentemente, e com as limitações próprias a todo regime ditatorial, para a (re)articulação prática e ideológica desta sociedade civil (Abreu; Lattman-Weltman, 2006, p. 92)

No caso de Taubaté, durante todo o século XX, foi um local de modificações que não apresentaram rupturas de poder, como explica Costa (2005). É neste cenário que, diante de interesses de industriais e empresários, são produzidos os jornais locais:

[...] a industrialização instaurou-se em Taubaté a partir do final do século XIX, em um período de decadência da economia cafeeira, da constituição do governo republicano, da chegada dos imigrantes e da expansão urbana. É um processo lento e gradual, sem grandes rupturas [...]. A cidade modernizou-se com a publicação de jornais locais, com a construção de estabelecimentos educacionais, de vias públicas [...] (Costa, 2005, p. 61).

De forma que, comparando o contexto local em relação ao nacional, foi possível concluir que a imprensa taubateana apresentou semelhanças e diferenças quanto ao cenário nacional. Sendo a principal diferença a ausência de uma crítica à ditadura durante os anos de governo Sarney, se no cenário nacional houve um desprendimento com o regime após a redemocratização, isso não ocorre explicitamente nos textos do *A Voz do Vale* e do *Diário de Taubaté*.

Com isso, verificou-se a manutenção de um pensamento conservador nos jornais, de forma a caracterizar-se pelo discurso de pessoalidade e de paternalismo, em um sentido próximo ao que se predominou no desenvolvimento industrial de Taubaté na primeira metade do século XX e também no período da ditadura de 1964 a 1985.

Conclui-se que, apesar da discussão e de um projeto neoliberal brasileiro presente desde o final dos anos 1980 na imprensa, os jornais *A Voz do Vale* e *Diário de Taubaté* não foram prontamente adeptos aos ideais novos. Durante o Governo Sarney, evidencia-se a manutenção de um nacionalismo crítico ao “Estado inflado”, mas que reconhecia a necessidade de um Estado que provesse assistência social, segurança e educação à população.

Gradualmente, o discurso é modificado para uma crítica generalizada à atuação política e governamental, de forma que, às vésperas das eleições de 1989, ambos jornais defendessem uma mudança geral, que na prática mostrou-se um movimento contrário aos projetos de esquerda à presidência. Com a vitória de Collor, a imprensa taubateana apoiou a política econômica do governo e seus projetos de liberalização econômica, mostrando-se, finalmente, alinhada ao cenário nacional de adesão ao neoliberalismo, sobretudo no primeiro ano de Governo Collor, 1990.

Sendo assim, tais diferenças e semelhanças entre contexto local e nacional podem ser trabalhadas em sala de aula de forma a possibilitar um ensino que situe o aluno mediante o excesso de informação característico da contemporaneidade, para que se possa compreender as complexas relações entre diferentes cenários em que tais estudantes estão inseridos. De forma que, no contexto contemporâneo, seja possível compreender que

O capitalismo problematizado a partir da vivência dos alunos e professores confere uma dimensão política à disciplina ao se fundamentar em métodos de ensino que identificam as contradições do sistema e apontam para o possível e para as utopias, no sentido de superar alguns dos axiomas da modernidade [...] (Bittencourt, 2004, p. 26).

Considerando o contexto histórico de ascensão neoliberal estudado no presente trabalho e da atuação da imprensa na propagação de ideais de liberdade econômica, o ensino de História no Brasil encontra-se, com a Base Nacional Comum Curricular, entre a manutenção de uma História tradicional e eurocêntrica e a possibilidade de ruptura para o ensino de História que tenha na sociedade escolar seu protagonismo.

Desse modo, ao propor uma problematização do capitalismo e um estudo que relacione contextos e organizações locais e nacionais, busca-se também reconhecer a urgência da discussão por uma ruptura com a educação de mercado do atual contexto educacional brasileiro, como a política educacional do Novo Ensino Médio, para uma educação da pergunta, uma educação da construção de conhecimento histórico.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. *In*: ABREU, Alzira Alves de (org.). **A democratização no Brasil**: atores e contextos. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 67-102.
- ANDERSON, Pery. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: As políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 9-38.
- BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e Cidadania nas atuais propostas curriculares. *In*: _____. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 11-27.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.
- CARVALHO, Carlos Eduardo. O Fracasso do Plano Collor: erros de execução ou concepção?. **Revista Economia ANPEC**, v.4, n. 2, jul./dez, 2003. Disponível em:
https://anpec.org.br/revista/vol4/v4n2p283_331.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.
- _____. O Plano Collor no debate econômico brasileiro. **Pesquisa & Debate**, v. 11, n. 1(17), p. 112-151, 2000. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/11991>. Acesso em: 12 set. 2023.
- CANO, Wilson. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: FSEADE, 1988.
- CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do Planalto**: a imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- COSTA, Silvio Luiz da. **Taubaté**: o local e o global no desenvolvimento. Taubaté: Cabral, 2005.
- DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; SILVA, Vanessa Maria Costa Bezerra. O neoliberalismo e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): aproximações contextuais. **Revista Plurais-Virtual**, Anápolis-GO, v. 10, n. 3, p. 350-366, set/dez.2020. Disponível

em:<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/12126/8547>. Acesso em: 15 dez. 2023.

FANON, Frantz. Sobre a violência. *In*: _____. **Os condenados da terra**. São Paulo: Zahar, 2022, p. 29-101.

FARIA, Maria Alice. **Como usar o jornal em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2013.

FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado "perdão aos torturadores". **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, Ministério da Justiça, n.4, p.318-333, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r30005.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. História, política e mídia no Brasil em redemocratização. *In*: GONÇALVES, Janice (org.). **História do tempo presente**: oralidade, memória, mídia. Itajaí: Casa Aberta, 2016, p. 59-76.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da Segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986.

MELLO JÚNIOR, Antônio. **Imprensa taubateana**. Taubaté: Urupês, 2011.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. *In*: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006. p. 67-107.

PEREIRA, Elenita Malta. O ouro negro: Petróleo e suas crises políticas, econômicas, sociais e ambientais na 2ª metade do século XX. **Outros Tempos**, v.5, p.54 -72. 2008. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/download/206/145 . Acesso em: 10 jul. 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

RALEJO, Adriana Soares; MELLO, Rafaela Albergaria; AMORIM, Mariana de Oliveira. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. **Educar em Revista**, v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/4jVvMMkVMzjLGYRrrBnKnft/?lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2023.

SILVEIRA, Ramaís de Castro. **Neoliberalismo: conceito e influências no Brasil de Sarney a FHC**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2009.

Fontes documentais:

Jornal A Voz do Vale. De 1985 a 1992. Disponível em: Hemeroteca “Antonio Mello Junior”/ Arquivo Histórico “Félix Guisard Filho”.

Jornal Diário de Taubaté. De 1985 a 1992. Disponível em: Hemeroteca “Antonio Mello Junior”/ Arquivo Histórico “Félix Guisard Filho”.